

XIII

CONFERÊNCIA NACIONAL
DA DEMOCRACIA SOCIALISTA,
TENDÊNCIA DO PARTIDO
DOS TRABALHADORES

Brasil, 2, 3 e 4 de dezembro de 2021

RESOLUÇÃO

I

TÁTICA, PROGRAMA, FRENTE DE ESQUERDA

*Fora Bolsonaro: eleger Lula, superar o neoliberalismo
e abrir caminho para a revolução democrática no Brasil.*

1. As tarefas centrais na luta de classes no Brasil estão fortemente pressionadas pela continuidade da crise internacional do neoliberalismo, superposta à ausência de uma resposta mundial à pandemia e à crise planetária.

2. Desde os anos 80, o neoliberalismo é o programa das classes dominantes no mundo. Ele sucedeu o keynesianismo que havia orientado os chamados anos dourados do pós-guerra. Ao contrário de pactos políticos-sociais com partidos sociais-democratas, trabalhistas e reformistas, o neoliberalismo é expressão da vitória do capital financeiro e sua globalização, com impactos diretos na desorganização da classe operária e dos Estados nacionais. O neoliberalismo herdou e radicalizou, por outro lado, a cultura da “guerra fria”, ampliando os alvos de seus ataques não apenas aos socialistas, mas também ao liberalismo social e às dimensões republicanas das democracias, retomando e aprofundando dinâmicas colonialistas em várias regiões do mundo.

3. A crise internacional do neoliberalismo eclode de forma profunda nos anos 2008 com a quebra de grandes bancos

”Ocorreu uma transferência maciça de recursos, dos bancos centrais para o sistema financeiro privado.

dos EUA e na sequência de crises periféricas importantes. Essa crise ampla e profunda persiste e somou-se à ausência de uma estratégia mundial de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

4. A austeridade manteve-se a custos sociais crescentes, gerou espiral de conflitos políticos e forte descrédito nas instituições da democracia burguesa. Uma crise sem superação é a marca do período atual. Elementos decisivos que organizavam o conjunto do neoliberalismo como “sistema” passaram a não funcionar como antes. A globalização neoliberal perdeu seu dinamismo. Esse quadro se aprofundou enormemente com a pandemia.

5. Mesmo durante a crise, no entanto, a força dominante do capital financeiro e a espiral de acumulação de riqueza financeira continuaram. E é exatamente esse peso do rentismo que restringe a hipótese de retomada sustentável de investimentos em um novo ciclo longo. De outro lado, a austeridade prolongada amplificou a crise social produzida pelo neoliberalismo. A pausa durante a pandemia não significou reorientação. Em grande medida ocorreu uma transferência maciça de recursos, dos bancos centrais para o sistema financeiro privado. A concentração de renda acelerou.

6. A contraface política do capitalismo neoliberal é agudizar a crise da democracia e abrir espaço para ascensão da extrema-direita. Com epicentro nos EUA, em quase todos os países europeus e em várias áreas periféricas ou semiperiféricas do mundo, o século XXI vê crescer, com diferentes graus de audiência, partidos e lideranças cujos programas afrontam os padrões mínimos de democracia e os limites básicos de convivência civilizatória a partir de uma cultura de direitos humanos. Por isso mesmo, formas de atenuação conciliatória com o neoliberalismo estão fadadas ao fracasso e derrotas.

Cabe à esquerda organizar uma alternativa de conjunto ao neoliberalismo.

7. Seis anos de golpe continuado e expandido a todas as esferas públicas não foram suficientes para abater a única força política e social capaz de colocar fim no governo da extrema-direita, que atuou como comitê executivo do liberalismo econômico sem limite ou trégua e dos desejos mais sórdidos das classes dominantes brasileiras desde a colônia e a escravidão.

8. Essa força capaz de contrapor-se a extrema-direita é socialmente sustentada no proletariado e politicamente no PT e outros partidos de esquerda, nos sindicatos e movimentos político-sociais populares. Historicamente confirma a análise marxista do caráter de classe anti-operário do fascismo e da extrema-direita atual e, sobretudo, que a classe trabalhadora é a única capaz de impor-lhe a derrota mais decisiva. Uma força liberal pode derrotar eleitoralmente a extrema-direita, como vimos recentemente nos EUA, mas manterá pontos de contato e de permanência com o programa da extrema-direita, especialmente nos aspectos centrais da propriedade privada e dos interesses do capital financeiro. E, no caso dos EUA, a corresponsabilidade pela mesma política imperialista. Aliás, essa mesma força liberal foi responsável – através dos governos Clinton e Obama – por dar seguimento ao neoliberalismo da era Reagan.

9. O fato de no Brasil dar-se outra condição histórica – as classes trabalhadoras e as forças políticas que buscam expressá-las são a vanguarda da luta democrática – nos permite colocar como objetivos integrados a liquidação da extrema-direita e a superação do neoliberalismo.

10. O fato de que a esquerda lidera a luta democrática no Brasil nos permite colocar como objetivo conjunto derrotar,

além da extrema-direita, o programa neoliberal. Essa dupla vitória deve abrir um cenário de possibilidades de transformações ainda inéditas no Brasil, um processo de revolução democrática. Essa perspectiva nos remete ao debate do programa – que nada mais é do que a compreensão das possibilidades e das tarefas para alcançá-las – para o período histórico que vivemos. O sentido geral desse programa pode ser sintetizado na tríade eleger Lula, construir a alternativa ao capitalismo neoliberal, colocar em marcha o processo de radicalização da democracia.

NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO E CONSERVADORISMO

11. Estamos em um processo de crise do capitalismo, em que se organiza, fundamentalmente, o conflito entre capital e vida. Se já vinha se observando esse conflito antes da pandemia, neste período ele se torna mais aguçado. Nesse momento, as políticas austericidas tem sido aprofundadas em meio à miséria, fome e em detrimento das condições de sustentação dos equipamentos públicos.

12. As condições que estamos vivenciando na pandemia escancararam a confluência entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo, fundamental para essa fase do capitalismo e que traz muitas consequências.

13. Um dos aspectos fundamentais do neoliberalismo é o grande poder das empresas e das corporações, o modo como as empresas organizam a nossa vida social. As grandes corporações não apenas produzem os bens e os serviços dos quais nós precisamos, mas também criam valores, organizam as nossas subjetividades e os processos de alienação.

14. Elas decidem como e quem produz remédios e vacinas contra Covid-19, quem são os países que recebem, primei-

ramente, as vacinas, ou seja, em última instância, quem vive e quem morre. Elas exercem poder de repressão e violência, como foi o caso do homem negro assassinado em 2020, em pleno estacionamento do Carrefour, por seguranças privados do estabelecimento no Rio Grande do Sul ou na investida que fazem sobre os territórios, pilhando os recursos naturais.

15. Além disso, elas acumulam riquezas a partir de contrato de trabalhos cada vez mais precários e inerentemente arriscados, tornando a classe trabalhadora cada vez mais responsável por suprir os riscos que o capitalismo impõe sobre as pessoas, sobretudo sobre as mulheres, sobre a população negra.

16. Elas organizam as formas de socialização, os meios de entretenimento, o que a gente assiste pra descansar, passando pela venda de bênçãos nas “igrejas-corporações”, até a propagação da indústria sexual e da pornografia. Ou seja, as grandes corporações têm organizado os valores sociais, morais, sexuais, religiosos. No caso dessas igrejas-corporações, é preciso destaca que também se organizam de forma inconstitucional como igrejas-partidos.

17. Da mesma forma, a família e a religiosidade conservadora também têm um papel fundamental para a relação entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo. Não é à toa esse movimento no Brasil de reforço ideológico fundamental do valor e do papel das famílias. Esse reforço serve para muitos propósitos.

18. Serve para que os riscos do capitalismo sejam privatizados no interior das famílias, responsabilizando especialmente as mulheres pela reprodução da vida, em condições cada vez mais precárias. Contribui para o desmantelamento das demandas por igualdade, ao conceber a sociedade como um conjunto de unidades familiares, onde os valores e subjetividades são construídos e reforçados pelo individualismo,

” As grandes corporações têm organizado os valores sociais, morais, sexuais, religiosos.

prejudicando processos de construção da democracia, que dependem de interações sociais baseadas na igualdade e nas relações sociais na esfera pública.

19. Ao mesmo tempo, esse reforço ideológico da família serve para deslegitimar o Estado e os serviços públicos. Não é à toa que os bolsonaristas defendem tanto as escolas em casa (“homescholling”), pois reforça a privatização dos serviços públicos. A afirmação da primazia da família também serve fundamentalmente para aguçar e reforçar os valores do individualismo, da heteronormatividade, do consumismo.

20. A confluência entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo contribui para incompatibilizar os ideais de liberdade e igualdade. Os discursos da ultradireita na pandemia vão construindo uma ideia de liberdade em que os seres humanos são “hiperautônomos”, desvinculados de uma necessidade social da vida coletiva.

21. O racismo estrutural também se escancara e se agudiza na conjuntura em que vivemos. Os mortos da pandemia são, na sua maioria, negros e negras, assim como são os trabalhadores cujas relações de trabalho foram ainda mais precarizadas nesse período, os desalentados com o fim do bolsa família e as vítimas dos despejos e operações policiais ilegais que se somaram ao vírus para aterrorizar os lares pretos.

22. Na história brasileira e na história de todos os territórios colonizados, a inserção do negro foi pautada pelo processo de desumanização dos seus corpos. No século XVI iniciou um processo de escravização de mulheres e homens negros, ancorada pelas políticas de conquista e extermínio. Inscrita sob o signo do domínio e da deslegitimação da suas capacidades de sentir, a raça foi atribuída ao negro como elemento de permissividade da exploração de seu corpo. O Brasil teve

seu desenvolvimento marcado pela escravidão e expulsão do negro da categoria humana.

23. Esses elementos devem estar no centro do nosso debate e das disputas do próximo período. Pensando no desafio de construção de um projeto político para o Brasil, que saia vitorioso nas eleições e que seja capaz de constituir as condições para transformar a confluência perversa entre neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo, precisamos construir também um projeto que não reforce o casamento, a maternidade e a heteronormatividade como destinos naturais, valores intrínsecos ou marcos acrílicos para construção das políticas públicas.

24. Por fim, devemos ser capazes de responder qual sociedade nós visualizamos como uma imagem oposta a da barbárie? Socialista no sentido de construção de outros parâmetros, prioridades e condições de produção e reprodução da vida; libertária, no sentido de construir virtuosas integrações entre nossa subjetividade e individualidade e nossa inerente condição humana de interdependência. Igualitária, no sentido de atacar todos os privilégios, hierarquias entre nós, atacar o racismo e o patriarcado. É diante da barbárie que devemos ter ação militante e proposição de imaginação. Então, isso significa que nós também temos que olhar para esses debates e pensar a conexão entre liberdade e igualdade. Ou seja, precisamos pensar a vida que valha realmente a pena ser vivida.

A CONQUISTA DA DEMOCRACIA

25. Como reação à luta dos socialistas pela soberania popular, organizou-se desde o fim do século XIX a chamada “Teoria das elites”, cujo centro era exatamente o de afirmar como dogma a incapacidade das majorias exercerem seu autogoverno. A “Teoria das elites” terminou por convergir ao

” É diante da barbárie que devemos ter ação militante e proposição de imaginação.

fascismo ou a inspirar as formas do moderno liberalismo do elitismo democrático, que concebe a democracia na ausência ou à distância do princípio da soberania popular. O capitalismo neoliberal, ao extremar o lucro e ao usurpar o poder, exacerbou as formas autoritárias de regime político e a crise de credibilidade na democracia representativa. Abriu as portas para a extrema-direita.

26. De outro lado, as experiências revolucionárias socialistas sempre se basearam em formas criativas de democracia direta, como os conselhos (de operários, camponeses e soldados) na revolução russa e os comitês de defesa da revolução em Cuba. Na mais importante das revoluções socialistas, no entanto, a transição ao socialismo foi interrompida por uma ditadura burocrática que voltou-se em primeiro lugar contra o partido da revolução e seus dirigentes, entre eles Leon Trotsky.

27. Os socialistas democráticos reconhecem na classe trabalhadora e nos oprimidos pelo capitalismo o protagonismo na conquista da liberdade e igualdade, da vida plena em direitos em igualdade e fraternidade em todo mundo. Para nós, a democracia socialista é o núcleo do programa.

28. Na tradição política brasileira há um longo fio histórico de ataques à soberania popular, à liberdade e à igualdade. Antes da proclamação da República o que unificava liberais e conservadores era a defesa da escravidão e a repulsa à soberania popular. A “república” foi instaurada contra o povo, contra os negros, contra as mulheres, contra os povos indígenas, em suma, contra a democracia. 1964 e 2016 não são, assim, regimes de exceção a uma regra, mas a reiteração desta tradição para impedir a mudança democrática.

29. A reorganização de um programa histórico do socialismo democrático atualiza a centralidade da luta pela liberdade e

pela democracia. A reorganização de um sistema participativo e deliberativo da democracia brasileira está no centro do programa, atualizando o direito de voto, participação e voz dos brasileiros e brasileiras. Pois, sem a formação de uma opinião pública democrática, não pode haver soberania popular.

30. Há três razões que convergem para a centralidade programática da soberania popular. A primeira razão é a necessidade central de oferecer uma alternativa à desdemocratização neoliberal, à criminalização da política e, sobretudo, às ameaças milicianas e militaristas do governo Bolsonaro. A segunda razão é construir um argumento forte alternativo à mensagem sempre reiterada de que uma candidatura Lula ou um governo Lula necessitaria ir “ao centro”, ou seja, desvincular-se de seu programa histórico e assumir ou pactuar com as teses programáticas do neoliberalismo. A separação entre o programa “político” da democracia e seu programa “econômico-social”, entre o direito político à liberdade e suas condições de efetivação social e econômica, é fatal para a construção de uma hegemonia socialista democrática. É só através da soberania popular, da restauração e aprofundamento da democracia que se pode enfrentar o profundo conflito de classes no Brasil. A terceira razão é que é inevitável que as campanhas antissocialistas ganhem um novo curso e vigor com a possibilidade de ascensão das esquerdas. O melhor antídoto contra essa campanha de ódio e execração é exatamente a apologia da liberdade, da democracia e de seu pluralismo, do direito inalienável do povo brasileiro de se auto-governar.

PROGRAMA PARA O PERÍODO: CONCEPÇÃO E EIXOS

31. Após quatro décadas de domínio e pressão neoliberal, de décadas de crise aguda da tradição socialista, de forte in-

” O capitalismo neoliberal exacerbou as formas autoritárias e a credibilidade na democracia representativa.

serção na institucionalidade liberal conservadora brasileira, o PT viu desorganizado os eixos fundamentais de seu programa histórico em construção mais visível nas suas duas primeiras décadas, em particular na sua primeira década de desenvolvimento. Criou-se uma defasagem e uma separação entre os programas de governo e as plataformas que organizam as lutas dos movimentos sociais, em particular o sindical, e uma perspectiva histórica de transição a um socialismo democrático.

32. De modo diverso do diagnóstico da crítica sectária de que o PT havia se tornado um partido neoliberal ou “liberal social”, como teria ocorrido com os partidos trabalhistas, sociais-democratas ou eurocomunistas, trata-se de compreender uma identidade histórica contraditória de um partido que manteve, no fundamental, seus laços sociais com os trabalhadores e as lutas pela emancipação, mas viu diluída sua tradição socialista e, principalmente, viu desorganizados os elos fortes entre um programa histórico de transição ao socialismo e seus programas de governo.

33. O que se propõe a seguir é exatamente reconstruir e construir novos eixos fundamentais de um programa histórico que aponte o caminho do socialismo democrático, capaz de restabelecer as relações fortes entre as transformações estruturais do poder, da economia, da sociedade e da cultura e as políticas públicas de governo, as iniciativas de ação parlamentar, as lutas dos movimentos sociais.

34. Este programa histórico é fundamental para a própria acumulação de forças e para a construção de uma nova e duradoura hegemonia das esquerdas no Brasil. O seu centro é exatamente a superação do capitalismo neoliberal, este bloco histórico que organiza e busca legitimar um novo padrão de dominação de classe, patriarcal e racista após o período do liberalismo social ou keynesiano.

35. Este programa histórico é o grande herdeiro das grandes lutas históricas pela emancipação do povo brasileiro, desde a sua origem da colonização, e incide sobre o dilema da Constituição de 1988 que proclamou novos direitos sociais, feministas, antirracistas e mesmo democráticos, mas não foi capaz de indicar os caminhos de democratização do poder do Estado, em relação ao sistema político, à militarização e as forças de coerção, ao sistema de mídia, ao sistema de justiça, à corrupção sistêmica pelo poder econômico, às dimensões estruturantes do Estado patriarcal e racista. Ele procura projetar a resolução deste grande impasse histórico, dramatizado pelo golpe de 2016 e pelo processo de destruição que se seguiu, através de um processo de crescente mobilização e auto-organização popular, em um caráter frentista amplo das esquerdas, de radicalização da democracia, que reivindique ativamente o princípio da soberania popular e do autogoverno.

36. Daí o caráter estratégico da defesa histórica de uma nova Assembleia Constituinte, que seja expressão mesma deste grande ascenso de lutas por novos direitos democráticos, como eixo deste programa histórico e que cria a cena histórica da democratização radical dos fundamentos do poder. Mas ela só adquire sentido se for pensada a partir de uma forte alteração da correlação de forças em favor das esquerdas e dos setores democrático populares, convocada a partir de um novo governo comprometido com essas mudanças e em um grau qualitativamente mais elevado de auto-organização das classes trabalhadoras e setores populares. Tendo como cláusulas pétreas os direitos humanos e suas garantias já firmadas na Constituição de 1988, a partir de uma nova correlação de forças políticas favorável às esquerdas contra a coalizão histórica do neoliberalismo, tal processo constituinte deve ser entendido como a formação de um novo bloco histórico, de um novo protagonismo das forças populares, de um novo sistema de alianças sociais, da criação de um novo Estado democrático e popular no Brasil.

”A reorganização de um sistema participativo e deliberativo da democracia brasileira está no centro do programa.

37. A elaboração deste programa histórico deve ser visto como plataforma para uma nova convergência das esquerdas brasileiras, como norte para a formação de sua unidade estratégica. Essa unidade se faz parcialmente hoje no plano das lutas sociais e só pode se tornar politicamente duradoura através do partilhamento comum das diretrizes fundamentais de um programa histórico, que lhe dê substância e sentido histórico socialista.

38. Este programa histórico pretende ser uma resposta à crise de identidade do PT, das contradições em movimento que formam um partido de origem nas classes trabalhadoras mas que teve e tem que se inserir em uma institucionalidade liberal e conservadora. Ao mesmo tempo, deve ser concebido como um polo de aglutinação das esquerdas e dos lutadores dos movimentos sociais.

39. Este programa histórico se comunica com o debate estratégico inacabado do início dos anos noventa, realizado no PT, no qual se fez a defesa da chamada "estratégia da pinça", isto é, a defesa de um trabalho combinado de lutas de movimentos sociais com o trabalho de luta por reformas na institucionalidade resultante da transição conservadora, mas com o centro de acumulação e o eixo de gravidade no processo de auto-organização das classes trabalhadoras e populares.

40. Ele procura traduzir, no contexto histórico, a concepção de uma revolução democrática que é concebida como sendo mais fortemente transformadora do ponto de vista socialista, exatamente por ser radicalmente democrática. Essa necessidade – a de caminhar para o sentido de uma revolução democrática, para a transformação das próprias bases políticas do poder – já estava, de fato, colocada como contradição nas experiências dos governos Lula e Dilma, mas o caminho es-

tratégico escolhido foi exatamente o inverso, de fazer depender cada vez mais a governabilidade de alianças e pactos com setores burgueses e conservadores.

41. O programa deve ser compreendido também em sua dimensão de atualização dos socialistas históricos, uma compreensão das grandes mudanças contemporâneas em curso – geopolíticas, das forças produtivas que geram transformações estruturais nas próprias classes trabalhadoras, na sociabilidade e na cultura – e as respostas que construímos para elas. Esse é o verdadeiro sentido da tradição do socialismo democrático: como princípio de esperança, ela deve ser capaz de disputar a imaginação do futuro com as classes burguesas, alimentando as próprias utopias de emancipação a partir das contradições do capitalismo e das lutas de resistências.

42. Compreendido assim, o programa deve ser concebido em seis dimensões interdependentes:

- 1) O seu centro no processo de democratização radical da democracia, de formação da soberania popular e de autogoverno que orienta, organiza e define as possibilidades de todo o programa;
- 2) A construção de uma nova cultura socialista, democrática e revolucionária, de caráter essencialmente transformador. Essa nova cultura socialista, democrática e revolucionária deverá contribuir para superar a crise da identidade socialista da construção partidária atual. Sua formulação, construção e propagação serão fundamentais para uma revolução democrática;
- 3) A formação de uma economia pública que seja capaz de sustentar um planejamento democrático e de prover os direitos fundamentais do povo brasileiro, identificando e superando a macroeconomia do neoliberalismo (o controle e a governança soberana democrática do Banco Central, do orçamento público, o

” Através da soberania popular, da restauração e aprofundamento da democracia que se pode enfrentar o profundo conflito de classes no Brasil.

controle democrático das empresas públicas, um plano de combate à corrupção sistêmica, a formação de um Sistema Nacional de Inovação, o estímulo massivo ao cooperativismo e às formas de economia solidária, a construção dos fundamentos de uma política agrária alternativa ao agronegócio e um programa de transição ecológica), uma política integrada de cuidados, que socialize as tarefas de reprodução da vida;

- 4) A formação de uma nova plataforma de direitos do povo brasileiro à liberdade, que eleve a um plano estrutural e estratégico os direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos povos indígenas e LGBTI+, incluindo a legalização do aborto, a garantia do livre exercício da sexualidade, o combate sistemático ao racismo. É na luta e na consciência por seus direitos fundamentais à liberdade, concebida através dos valores do socialismo democrático, que o povo toma consciência do valor decisivo da democracia e do próprio sentido da economia pública;
- 5) A construção de uma plataforma de transição ecológica justa, inspirada em uma perspectiva ecossocialista, que seja capaz de reorganizar os fundamentos civilizatórios no Brasil, da ciência, produção, trabalho, consumo e de organização da própria vida social;
- 6) A construção de um plano e plataforma de unificação latino-americana para o próximo período histórico, retirando as experiências nacionais de emancipação de seu isolamento e vulnerabilidade em relação ao poder desestabilizador dos EUA, fator que vem sendo fundamental para a definição do próprio horizonte de transformações no continente. Esta plataforma de unificação latino-americana seria um modo de responder à crise de hegemonia norte-americana e à ascensão geopolítica da China, criando um território soberano, cidadão e democrático.

43. A reconstrução e atualização deste programa histórico só faz sentido se pensado em um esforço maior de vincular a identidade do PT ao socialismo democrático. Nos anos 90, o PT reafirmou essa identidade, mas muito raramente a palavra socialismo aparece na imagem pública, nas campanhas eleitorais, nas próprias publicações do partido. Mas a identidade é sempre uma relação: se não se assume claramente a disputa com os valores do neoliberalismo é a própria identidade socialista que se torna difusa. Essa disputa de valores socialistas democráticos é fundamental para vencer a “guerra fria” do neoliberalismo e construir a hegemonia.

44. Na construção histórica do socialismo petista, houve decerto um desequilíbrio entre a identidade classista mais clara nas origens, a identidade feminista incorporada mas não no centro da vida partidária e a tardia relação com um programa antirracista histórico. As grandes lições do feminismo marxista e agora do antirracismo contemporâneos mostram que o liberalismo é historicamente estruturado pela dominação classista, patriarcal, racalista e antilibertário. O programa histórico, identificando os novos sujeitos das lutas feminista e antirracista, procura tratar no centro de seus eixos essas lutas pela emancipação.

45. Talvez nunca antes em sua história, o capitalismo tenha sido um tal sistema de contradições entre o caráter social da produção e a apropriação privada das riquezas. O neoliberalismo extremou ao limite essa contradição, tornando um programa socialista que compatibilize liberdade e igualdade, soberania popular e autonomia individual, humanismo radical e integração harmoniosa à natureza, a construção de valores comuns em paz na diversidade, uma exigência incontornável dos tempos que vivemos. Sem esse programa, não é possível mais respirar.

” Uma economia pública capaz de sustentar um planejamento democrático.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

46. Na atual conjuntura política e econômica, para assegurar a governabilidade dentro de um projeto de esquerda democrático e popular, é imprescindível a radicalização da democracia, a partir das relações do Estado com a sociedade, com a implementação de práticas de democracia participativa em todas as esferas públicas: municipal, estadual, federal. Não podemos repetir erros do passado e continuar acreditando numa frágil e equivocada política de alianças com partidos de centro e de direita, temos necessidade de uma nova governabilidade que vá além do parlamento, sem excluí-lo, com uma aliança direta com a população. Para isso é preciso implantar mecanismos de democracia participativa: Orçamento Participativo (OP) nacional, conferências setoriais e temáticas com caráter deliberativo e qualificação das relações com os movimentos sociais.

47. O Orçamento Participativo Nacional é um processo dos mais politizadores para a formação de uma consciência social na defesa da soberania nacional e para construção de um novo modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social sustentável para o nosso País. As administrações públicas do PT, em todas as esferas, devem ter como diretriz o Orçamento Participativo como instrumento estratégico de gestão pública participativa, transparente e de planejamento democrático, combinado e complementado com as políticas dos conselhos temáticos e setoriais e dos movimentos sociais.

48. É fundamental para os governos democrático-populares construir a interlocução e os mecanismos de decisão que permitam a expressão das reivindicações e críticas, preservando a autonomia dos movimentos sociais e garantindo mecanismos de interação, formulação de políticas e controle social. Um Governo Democrático e Popular deve ter como

eixo estruturante do programa a participação popular, desenvolvendo também ferramentas democráticas como o plebiscito e referendos. Além de ampliar a capacidade resolutiva das conferências na busca da permanente qualificação das políticas públicas de caráter setorial, regional e geral do Estado, se deve aprofundar no OP a discussão e controle da execução dos Planos de Investimentos e das despesa pública, da receita e da dívida públicas e do financiamento do Estado.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

49. A conquista do governo pela esquerda, com mobilização das forças populares e com um programa de mudanças capaz de responder aos anseios e desafios estruturais de um curso de reconstrução e transformação do país, demandará e criará condições para uma refundação democrática e republicana do Estado.

50. O modo afirmativo, mas também aberto à dinâmica da luta de classes como o Diretório Nacional do PT formula, a Constituinte contou com a nossa participação ativa. É uma referência para o processo de radicalização democrática. Segue transcrita:

“Para que as reformas necessárias ao desenvolvimento soberano ocorram – como a reforma agrária, da mídia, jurídica, tributária, e, inclusive, militar – é necessária uma profunda reforma política do Estado que mude radicalmente as atuais instituições. O PT é imprescindível para derrotar o golpismo e convocar uma Assembleia Constituinte Soberana, o meio democrático de promover aquelas reformas, com a legitimidade de um novo governo e Lula inocente. Uma nova Constituinte não pode ser concebida como ponto de partida, mas como um ponto central no próprio processo político de ascensão da luta democrática e de (re)constitucionalização do país. Concebida nesta perspectiva, a defesa de

” Uma nova Assembleia Constituinte pensada a partir de uma forte alteração da correlação de forças em favor das esquerdas e dos setores democrático populares.

um processo histórico de (re)constituição deve ser formulada como momento de convergência, de reunião, de pactuação em regime pluralista de soberania popular e de afirmação da soberania nacional. Não pode ser apenas o ponto de vista de um partido, mas de uma maioria democrática e popular. Nem mesmo pode ser compreendido como um mero instituto criado de cima, mas forjado nas lutas dos movimentos sociais por seus direitos fundamentais.

A ascensão das forças de extrema-direita se deu em um quadro de desestabilização da democracia, de regime de exceção e se alimentou de um forte sentimento de deslegitimação do sistema político e, através dele, de todo o sistema público do país. A derrota destas forças exigirá conquistas democráticas e o reencontro de legitimação da maioria da população em relação ao sistema político e às instituições públicas. A defesa programática de um novo processo constituinte, que tenha como cláusulas pétreas os direitos humanos fundamentais, e que seja capaz de reconstruir e aprofundar o fundamento democrático do Estado, vai nesta direção.” (Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, p. 25, disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/09/Plano-Brasil-web9B2.pdf>)

51. Podemos acrescentar a ela a importância das regras de eleição, composição e o próprio funcionamento de uma constituinte. No Chile, as conquistas incluíram a paridade de gênero e espaço para listas de candidaturas independentes. O amplo acesso aos meios de comunicação e a garantia de financiamento público também são aspectos fundamentais. Essas novas regras e seu caráter exclusivo, não contaminado pela dinâmica parlamentar brasileira, só se darão em uma conjuntura de ascenso das classes oprimidas no bojo do recrudescimento da luta de classes. A palavra de ordem da Assembleia Constituinte está incluída no debate como meta de um governo popular e na formulação estratégica da Revolução Democrática.

Uma condição política essencial para a retomada do desenvolvimento no Brasil

52. O fenômeno global da financeirização tem, no Brasil, características extremas e dramáticas. A força do rentismo e da especulação financeira no Brasil se dá de forma cultural e histórica, inclusive fazendo do mal chamado “mercado” um agente político de enorme dimensão.

53. A experiência brasileira dos governos do PT foi positiva considerando-se os aspectos sociais e econômicos, particularmente até 2014. O PIB cresceu 50,69% ou 3,48% ao ano de 2003 até 2014. Tão importante quanto o crescimento foi a evolução social que o acompanhou, através do aumento da renda da população mais pobre, da redução do desemprego, que atingiu o menor patamar da série histórica em 2014 e, principalmente, com uma queda histórica na miséria, além de avanços relevantes no acesso à Educação e Saúde.

54. Podemos falar, portanto, que o Brasil teve um período de Desenvolvimento. A população reelegera nosso projeto em 2014, para um novo período de governo que começaria em 2015. Fomos eleitos com um programa de esquerda, que rejeitava claramente os retrocessos exigidos pelo mercado financeiro (foi debate expresso durante a campanha, não iríamos aceitar a pauta neoliberal de retirada de direitos dos trabalhadores “nem que a vaca tussa”). E o papel da especulação financeira como grande comandante e interessada na pauta neoliberal foi abordado de forma muito explícita.

55. Apesar disso, as exigências do mercado financeiro foram vitoriosas e nós mesmos começamos a destruir o que havíamos construído, desmentindo o que falamos na campanha. A brutal guinada na política econômica nos levou a um desastre econômico e político. No primeiro ano do

” Um novo processo constituinte, que tenha como cláusulas pétreas os direitos humanos fundamentais

novo mandato, a economia teve uma queda de -3,55% e em menos de um ano e meio, o golpe estava consumado.

56. O principal motivo (há outros como a Lava Jato e a situação econômica mundial) do insucesso econômico foi a adoção de um receituário de políticas neoliberais radicais pela equipe econômica nomeada pela Presidenta. Esse foi o maior erro político da história do PT. Falamos uma coisa e fizemos outra, cedendo ao mercado financeiro a ponto de adotar as políticas neoliberais que sempre condenamos. O aprendizado com esse erro deve nos levar a nunca mais repeti-lo.

57. A adoção do programa econômico dos adversários foi o estopim para o golpe, pois produziu um fracasso econômico (e político) que nos tornou frágeis, facilitando o golpe institucionalizado. Com a confusão em nosso discurso permitimos que os governos golpistas que nos sucederam simplesmente aprofundassem o austericídio e a retirada de direitos com a facilidade de poder jogar a culpa para cima de nossos governos. O neoliberalismo quebrou o país, mas a culpa foi jogada no seu oposto, ou seja, na política de desenvolvimento.

58. A política econômica neoliberal prejudicou o crescimento, diminuiu a receita e causou desequilíbrio fiscal. Isso já ocorreu antes da pandemia. De 2015 a 2019 o PIB brasileiro caiu 2,44%, o que significou um PIB per capita 6,44% menor. Uma tragédia pela ganância e pela correlação de forças políticas. Fizeram exclusivamente porque lhes permitimos ter força para fazer. A direita brasileira mais uma vez mostrou o que é: provavelmente a mais gananciosa e excludente do planeta. Que sirva de aprendizado.

59. Agregando-se o primeiro ano da pandemia temos uma economia que, em 2020, terminou 6,34% menor do que

em 2014 e um PIB per capita que se reduziu em 10,83%. Ou seja, as pessoas terminaram 2020, em média, 10% mais pobres em 2020 do que eram em 2014. Como a distribuição de renda piorou muito, o efeito sobre os mais pobres é muito mais dramático.

60. Essa tragédia toda foi feita em nome de melhorar as contas públicas. Mas, nem mesmo isso ocorreu. A relação Dívida/PIB havia caído de 59,9% em 2002 para 32,59% em 2014. A “gastança” do PT havia melhorado em muito as contas públicas. Ocorre que a “austeridade” neoliberal trouxe um enorme crescimento da relação Dívida/PIB, que elevou-se para 54,57% até 2019. Agregando-se o ano de 2020, verifica-se que a relação Dívida/PIB sobe para incríveis 62,90 %.

61. A austeridade neoliberal deu enorme prejuízo fiscal. Nenhuma análise dos defensores das políticas neoliberais que levaram a esse desastre explica o fato, pois como controlam os meios de comunicação, optam por omitir os dados constrangedores. Mas a especulação financeira se saiu muito bem. Os bilionários brasileiros ficaram escandalosamente mais ricos, muito em função do pagamento de mais de 2 trilhões de reais em juros (de 2015 a 2019) pelo governo destinados à banca financeira especulativa. Mesmo na pandemia, a transferência de recursos públicos continuou e foram transferidos mais 312,4 bilhões de reais para juros em 2020. Gastamos mais em juros do que o auxílio emergencial de 600 reais, que custou 293 bilhões de reais em 2020. Ou seja, o golpe e a consequente eleição do atual governo assassino atingiram seu principal objetivo: os ricos ficaram mais ricos e os especuladores financeiros ainda mais abonados e mais poderosos. Mesmo que para isso o país tenha ficado mais pobre.

62. A triste realidade é a economia e o emprego despencando enquanto a bolsa sobe e os ganhos financeiros se aceleram.

” Temos necessidade de uma nova governabilidade além do parlamento, com uma aliança direta com a população.

Segundo a lista da Revista Forbes de abril deste ano, o número de bilionários brasileiros cresceu em 44% e o valor da fortuna dos bilionários em 71%. Foi estimada pela revista em 219,1 bilhões de dólares.

Durante anos a mídia econômica vem iludindo as pessoas com a idéia de que os indicadores do mercado financeiro medem também a economia real. Passam a idéia que se a sua evolução for positiva será melhor para o Brasil, pois significariam também crescimento econômico e empregos. Na verdade, não é assim. Nunca o mercado financeiro se deu tão bem como no último período, mas nunca a miséria cresceu tanto, nunca a economia esteve tão mal e o desemprego tão alto.

63. O rentismo financeiro ganha mesmo se a economia estiver mal, e isso ocorre com a transferência de recursos públicos. Se a economia real está mal e a receita pública vai mal, mesmo assim o mercado exige e leva (principalmente através dos juros, mas não apenas) uma parte grande da poupança pública. O teto de gastos e o austericídio servem para isso. Prejudicam a economia (já combatida) mas garantem a transferência de recursos públicos para o rentismo financeiro.

64. Portanto, é preciso ter presente que no caso brasileiro (em especial) os interesses do mercado e os da economia real são contraditórios. Para a economia real, o melhor seria que o teto de gastos não existisse. Mas ele é bom para os especuladores, pois, ao contrário do que a sociedade imagina, o teto de gastos não se aplica às despesas financeiras do governo. Com o teto de gastos o Governo investe menos em saúde, educação, bolsa família ou auxílio emergencial para poder pagar mais em juros.

65. As lições do que ocorreu nestes anos de tsunami neoliberal deve servir para fazermos uma reflexão sobre o futuro. O retorno dos direitos políticos do Presidente Lula criou

uma nova realidade política. A esperança cresceu e são reais as possibilidades de vitória em 2022.

66. Ocorre que as dificuldades de um governo desenvolvimentista serão imensas, pois de 2014 para cá o início do desenvolvimento que havíamos conseguido foi revertido e a barbárie, instalada. A pobreza, o desemprego, a precarização do trabalho retornaram e foram normalizadas e a economia foi destruída, particularmente na indústria e nas atividades que geram emprego e valor. A estagnação econômica tornou o país muito mais endividado. Sem economia rodando, sem receita. Quanto maior o austericídio menor a receita e pior a situação fiscal. Por isso a relação Dívida/PIB praticamente dobrou. O país se tornou muito mais isolado e menos competitivo e não se recupera essa situação em prazo curto.

67. O entreguismo das empresas públicas e a paralisação dos investimentos criarão dificuldades de infraestrutura que só serão revertidas com muito investimento.

As consequências dessa política podem ser vistas em qualquer setor, como no setor energético. O preço dos combustíveis e gás de cozinha esfolia a população, e o caso da energia elétrica é particularmente revelador.

68. Estamos sob risco de um apagão energético. É sabido que quando a economia está em crescimento consome-se muito mais energia. Mas estamos numa recessão bárbara, com uma atividade econômica menor do que a de 8 anos atrás. A explicação para esse paradoxo é que a irresponsabilidade neoliberal conseguiu produzir falta de energia mesmo sem crescimento. Mas o que acontecerá quando a economia voltar a crescer? É simples. Sem investimentos muito acelerados vai faltar energia. Portanto, a segurança energética que construímos com muito custo foi destruída e teremos que reconstruí-la em alta velocidade, sob pena de não podermos

” Estamos numa recessão bárbara, com uma atividade econômica menor do que a de 8 anos atrás.

voltar a crescer. Assim sendo, a retomada do investimento público terá que ser enfrentada, tanto do ponto de vista de oferta de infraestrutura como de necessidade para estimular a volta do crescimento. Da mesma forma, é absolutamente inevitável para que a nossa população volte a ter um mínimo de dignidade, que tenhamos investimentos sociais robustos, a começar por um programa de renda muito maior que o auxílio emergencial capenga de hoje. Toda a área social exigirá uma retomada do tempo perdido.

69. Para isso será necessário rever o entulho fiscalista austericida que foi implementado nesses últimos anos de barbárie, a começar pelo teto de gastos, que precisa ser revogado. Será preciso uma estratégia para desatar as amarras neoliberais que impedem qualquer governabilidade desenvolvimentista. Um exemplo é o Banco Central “Independente” (independente da democracia, mas dependente dos especuladores financeiros). Outro exemplo é a destruição dos Bancos Públicos. Os governos do PT haviam capitalizado o BNDES em mais de 500 bilhões de reais, que foram emprestados ao Banco para permitir o financiamento do desenvolvimento. Hoje só restam menos de 200 bilhões de reais, o restante foi torrado para financiar o déficit do austericídio neoliberal.

70. A grande questão política que devemos estar muito atentos é a de que um eventual novo Governo do Presidente Lula só poderá produzir novamente uma política de desenvolvimento se não tiver nenhum tipo de dubiedade ou compromisso com as teses do mercado financeiro. Em 2003, o governo fez mediações com o mercado financeiro que de forma alguma poderão ser reproduzidas em 2023. Porque seria fatal.

71. A realidade é muito diferente, os condicionantes internacionais são adversos, a situação fiscal é terrível, a indústria se deteriorou ainda mais, a concentração de renda aumentou

e não haverá uma tal prosperidade econômica que permita ao mesmo tempo transferir rendas cavalares para o rentismo e melhorar substancialmente a situação da população. Se tivermos que pagar os lucros do aumento da riqueza rentista, não conseguiremos investir na salvação da economia e combater a miséria.

72. Desta vez será necessário optar, sabendo das consequências da opção na correlação de forças. Já aprendemos da pior forma possível que a especulação financeira é insaciável, e desagradá-la significa um enfrentamento com alto preço político. Devemos estar preparados para isso, o que significa fortalecer o campo democrático e popular desde agora e durante a campanha e não permitir nenhum compromisso programático com o mercado financeiro.

73. É bem simples e objetivo: se voltarmos a cometer o erro de tentar saciar o insaciável mercado financeiro especulativo seremos derrotados. Até o novo governo americano compreendeu que a política econômica precisava se aproximar um pouco das políticas keynesianas ou o fracasso dos Estados Unidos perante a China seria inevitável. A burguesia brasileira nunca foi capaz de ter uma compreensão semelhante. Por isso, essa tarefa terá que ser feita contra a sua vontade.

DEBATE SOBRE O FUTURO DO MUNDO DO TRABALHO

74. Primeiramente, é importante destacar que a crise que afeta o mundo do trabalho parte de um patamar civilizatório muito baixo, marcado pela precariedade das relações de emprego, pela informalidade como norma, pela grande dispersão salarial que deixa mais de dois terços da força de trabalho sujeita a remunerações baixas e insuficientes, pela falta de acesso a direitos sociais e trabalhistas fundamen-

” É fundamental uma redefinição do papel do Estado e do lugar do trabalho em nossa sociedade .

tais. O enfrentamento desse quadro coloca a necessidade de uma alteração política e de modelo de sociedade que leve à superação do atual regime de acumulação, crescentemente orientado para os interesses rentistas e do grande capital. É fundamental uma redefinição do papel do Estado e do lugar do trabalho em nossa sociedade.

75. Uma nova agenda para o mundo do trabalho deve considerar que as transformações em curso significam uma nova reconfiguração das classes trabalhadoras; criar capacidade de articular os direitos trabalhistas com o combate a todas as formas históricas de exclusão e discriminação pela condição de gênero e/ou de raça.

76. Essas formas de opressão estão ancoradas na estrutura da sociedade capitalista e entrelaçadas com a luta social e pelos direitos.

Será preciso:

- | formular alternativas de políticas de proteção social aos trabalhadores/as, essas políticas precisam ser de caráter mais universal, como direito de cidadania e independente de sua condição de formalização. Ou seja, os direitos não podem estar atrelados unicamente a condição de formalização;
- | apresentar uma saída para o problema estrutural de falta de trabalho, dadas as inovações tecnológicas/compreender os efeitos da era digital uma vez que ela desloca empregos, mas também elimina;
- | defender o fomento ao trabalho autogestionário cooperativado, associativo e solidário contribuindo para a estruturação de um setor econômico popular organizado, principalmente (mas não só) nos grandes centros urbanos como resposta a crise econômica e ao desemprego;
- | incorporar no curto prazo a agenda a defesa da renda básica universal, articulada com a proposta de criação de ocupações que atendam às necessidades coletivas que contribuam

- para o bem-estar coletivo da sociedade, com redução da jornada e respeito aos direitos e à proteção social;
- | recolocar a centralidade do tema da jornada de trabalho como forma de gerar e distribuir empregos para a sociedade;
- | organizar uma política integral de socialização do trabalho doméstico e de cuidados de caráter universalizante, que enfrente a divisão sexual e racial do trabalho e que inclua: licenças parentais amplas, universalização da cobertura da educação infantil, políticas públicas de cuidados de idosos e outras camadas de pessoas dependentes, alargamento da política de seguridade social, valorização e garantia de direitos das trabalhadoras domésticas e cuidadoras, restaurantes populares, entre outros.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS CAMINHOS PARA O SINDICALISMO

77. A crise internacional do neoliberalismo e a reação capitalista de aprofundamento da agenda neoliberal trouxe consigo novas e severas consequências para a classe trabalhadora. A democracia tornou-se um obstáculo a ser superado para implementação de rápidas e profundas mudanças destruidoras de conquistas trabalhistas, sociais e civilizatórias. Os sucessivos ataques a soberania popular têm o intuito de concretizar um novo regime de exploração do trabalho que despreza direitos sociais e abomina a organização sindical.

78. A pandemia deu causa à destruição de milhões de empregos. Foi utilizada como argumento para flexibilização de direitos e precarização do trabalho. Transformações tecnológicas na gestão e organização do trabalho foram aceleradas em anos e significam, na prática, aumento das taxas de exploração. A crise do sindicalismo decorre desse processo de trans-

” Ataques a soberania popular têm o intuito de concretizar um novo regime de exploração do trabalho.

formação nas relações de trabalho, mas também é expressão de um certo esgotamento de um modelo de representação insuficiente para organizar o conjunto da classe trabalhadora. Apesar da existência de amplo sistema de regulação social do trabalho, em sua maioria, mulheres, pessoas negras, jovens e imigrantes sempre estiveram excluídas de um conjunto de direitos e proteções sociais.

79. A classe trabalhadora segue sendo uma força essencial e organizadora da vida social, mas sua estrutura e formas de organização se alteraram profundamente. Os novos padrões de emprego mudaram o perfil das ocupações, o ambiente de trabalho e as culturas de identificação, promovendo fissuras na organização do trabalho e esvaziamento da função dos sindicatos.

80. O enfrentamento desse cenário de crise econômica, social e organizativa da classe trabalhadora exige ousadia e criatividade por parte do movimento sindical. A defesa da democracia e da centralidade do trabalho, a afirmação de um sindicalismo sociopolítico e o fortalecimento e a transformação da organização sindical são tarefas fundamentais para superação dessas crises.

81. É fundamental para o movimento sindical e para a classe trabalhadora a defesa da democracia, sem ela não há liberdade de organização e nem a possibilidade de um Estado promotor de direitos e de um modelo econômico que garanta justiça social, sustentabilidade do planeta e que compreenda a centralidade do trabalho para produção, manutenção e reprodução da vida.

82. O sindicalismo sociopolítico é aquele que se opõe ao individualismo, afirmando a defesa do direito coletivo e da solidariedade da classe trabalhadora, que transcende o corpo-

rativismo, defende e está presente nas lutas do povo e dos setores mais vulneráveis do povo.

83. É o sindicalismo que almeja a organização do conjunto da classe trabalhadora. Ele é independente, mas não indiferente e, portanto, abraça com centralidade pautas universalizantes como a defesa da saúde, da educação, da renda e do salário mínimo, entre outras. É dessa forma que nos dirigimos para toda a sociedade e que criamos interlocução com os desprotegidos, desorganizados e desempregados. É um sindicalismo autônomo, mas não apolítico, pois se posiciona firmemente em favor da democracia e das alternativas políticas, econômicas e sociais que coloquem no centro da agenda o trabalho, a classe trabalhadora e os seus direitos sociais e políticos, como a liberdade sindical e a negociação coletiva.

84. A transformação da organização sindical deve responder às necessidades e aos objetivos de luta da classe trabalhadora. A crise atual do sindicalismo tem suas raízes na adaptação à estrutura sindical oficial, regida por regras fixas e impostas, onde não há liberdade e autonomia efetiva. Devemos ser capazes de responder a esse contexto com novas estratégias, sem perder identidade, propósitos e características herdadas de nossa trajetória de luta e resistência.

85. O movimento sindical cutista protagonizou lutas históricas e a mais radical crítica às relações de trabalho instituídas pela herança da estrutura sindical oficial, contudo não foi capaz de incorporar ou ampliar novas formas de organização nos locais de trabalho. A estratégia de fortalecer os sindicatos por meio da organização por ramos de atividade pouco avançou e, parte disso, pode ser atribuído às energias que foram direcionadas para o fortalecimento das estruturas verticais, bem como a resistência a mudanças.

”A transformação da organização sindical deve responder às necessidades e aos objetivos de luta da classe trabalhadora.

86. Por outro lado, a unificação dos sindicatos e ampliação da sua representatividade potencializa a nossa intervenção na sociedade, democratizando os processos de decisão, fortalecendo as negociações coletivas. Esse processo reforça a importância das estruturas no interior das empresas e dos canais permanentes de interlocução com a retomada do debate da organização nos locais de trabalho em consonância com fortalecimento dos sindicatos por ramo.

87. Só há democracia em um ambiente de liberdade e autonomia sindical no qual as formas de organização, sustentação e representação são expressão da livre participação e associação e no qual o local de trabalho é reconhecido como espaço de construção da identidade coletiva. Neste sentido, reforçamos a estratégia de fortalecimento dos sindicatos por ramo e a organização por local de trabalho colocando em perspectiva quais os passos para a sua implementação.

88. Os processos de fragmentação e precarização decorrentes das mudanças no mundo do trabalho têm tido como consequência o empobrecimento da população que se concentra nas periferias, carente de políticas públicas. A predominância dessa realidade para maioria da classe trabalhadora faz do espaço das comunidades arena de demandas e lutas concretas. Nestes espaços as pessoas vivenciam as contradições de uma sociedade extremamente desigual e realizam as experiências mais exitosas de solidariedade e cooperação. O movimento sindical precisa avançar em estruturas capazes de acolher, organizar e fortalecer as lutas da classe trabalhadora nos territórios. Cabe à CUT impulsionar, por meio da articulação entre sindicatos e movimentos populares a constituição de espaços comuns de organização e ação coletiva, com potencial de incorporação orgânica à central.

89. A defesa da democracia e da centralidade do trabalho, a afirmação do sindicalismo sociopolítico e a transformação da

organização sindical são também componentes de uma nova etapa do internacionalismo sindical, capaz de expressar e representar a imensa diversidade da classe trabalhadora e sua situação de extrema precariedade. Quanto mais representativo, mais democrático e inclusivo for o movimento sindical, mais unidade a classe trabalhadora terá para apresentar e lutar por um novo modelo econômico, social, político e ambiental. Por isso é fundamental a articulação sindical e política na América Latina e no Caribe para ampliar nossa força na região e nossa voz na construção desse sindicalismo sócio-político.

” É fundamental a articulação sindical e política na América Latina e no Caribe para ampliar nossa força.

UM PROGRAMA ECOSSOCIALISTA

90. A crise mundial atual aprofundada com a pandemia da Covid-19, tem a dimensão ecológica como uma questão central e que não deve, de forma alguma, ser subestimada. Essa ponta de iceberg descortina a inexorável necessidade de mudança de modelo e explicita a dimensão ecológica da crise. O capitalismo financeiro aparenta uma suposta reorganização para enfrentar essa realidade. Porém, precisamos apontar que as saídas para a atual crise somente serão possíveis se houver uma ruptura com a lógica da acumulação capitalista.

91. É tarefa urgente incorporar nas nossas elaborações, reivindicações e ações as abordagens integradas do ecossocialismo, da economia ecológica, da economia solidária e da economia feminista, que apontam as ferramentas necessárias na superação das formas atuais de organização da economia, hegemonicamente capitalistas, patriarcais e colonialistas, de crescente e insustentável demanda de energia e materiais, de forma a sobrepor a sustentabilidade da vida como princípio organizador dos processos econômicos.

92. O consenso internacional, referenciado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), é de que os efeitos destrutivos da acumulação capitalista sobre a

natureza alcançam e, em alguns casos, já ultrapassam o limite do que poderia ser revertido. Não é possível esperar mais.

93. Enfrentar a crise ecológica exige alterações profundas no modelo de desenvolvimento, que devem ser orientadas pela transição justa, apropriação coletiva do conhecimento e progresso técnico, soberania energética e defesa dos territórios e modos de vida de povos e comunidades tradicionais.

94. A transição ecológica demandará uma série de reformas estruturais que devem acontecer de forma ampla e democrática, visando um modelo que rompa com as atuais dinâmicas insustentáveis de mercado e que coloque no centro a sustentabilidade da vida. Portanto de uma nova forma formas de (re) produção e consumo que reconheça a interdependência entre seres humanos e a necessidade de harmonia com a natureza..

95. O capitalismo global utiliza de muitas armadilhas para sequestrar a pauta ecológica. Na verdade, ele se reorganiza para apresentar respostas dentro do seu próprio sistema. Ao tratar da crise ecológica, propõem falsas soluções da economia verde e das “soluções baseadas na natureza” que ampliam a financeirização da natureza e buscam, por meio de mecanismos financeiros e arranjos tecnológicos, viabilizar a continuidade de um modelo predatório e desigual.

96. Não há saída para essa crise enquanto as respostas sejam orientadas pelo mercado e interesses do capital. A transição justa terá que promover o trabalho decente e condições dignas para toda a classe trabalhadora e para as comunidades impactadas nas novas atividades econômicas desenvolvidas na transição ecológica.

97. No Brasil, nenhum impacto positivo na balança comercial pode mascarar, justificar e naturalizar o caminho predatório da ampliação das fronteiras agrícolas na Amazônia,

Cerrado e Caatinga. O desmatamento da floresta amazônica chega próximo ao ponto de não retorno, quando a floresta não é mais capaz de regenerar-se e pode entrar numa rota de desertificação. O governo Bolsonaro associado ao agronegócio e ao garimpo, apoiam o desmatamento, a grilagem, desmantelam mecanismos de controle e fiscalização, destroem comunidades quilombolas, indígenas e agricultura familiar.

98. São necessárias medidas imediatas de contenção da expansão da fronteira agrícola e ocupação de florestas por qualquer tipo de atividade econômica que não seja as das comunidades tradicionais. Trata-se de interromper o avanço de monoculturas, da criação de gado, garimpo e mineração. Rejeitamos os mecanismos de compensação baseados no mercado de crédito de carbono que promovem negócios do clima ao passo que expulsam comunidades e criminalizam seus modos de vida. É preciso realizar reforma agrária e promover a agroecologia, democratizar a energia, reforçar o papel do Estado e reverter processos de privatização de parques levados a cabo também pelos governos estaduais. Uma aliança internacional, com os países da região, para que essa política seja assumida além do território brasileiro, deve se pautar pela proteção da biodiversidade com a garantia de direitos dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas e seus modos de vida, historicamente responsáveis pela biodiversidade.

99. Para garantir a preservação dos diversos biomas brasileiros é fundamental garantir e restaurar o papel dos órgãos de controle e fiscalização ambiental. O esvaziamento desses órgãos após o golpe de 2016, agravado pelo governo atual, leva à mais devastação. É necessário apontar para uma conferência nacional deliberativa sobre o meio ambiente com ampla participação dos movimentos populares e da sociedade civil, visando construir condições para uma restauração popular do CONAMA.

” Enfrentar a crise ecológica exige alterações profundas no modelo de desenvolvimento.

100. A transição energética é uma questão chave nesse debate. Ao longo de décadas, o Brasil construiu um modelo baseado no uso de derivados de petróleo e na geração de energia elétrica, por meio de grandes usinas hidroelétricas, de centrais termoeletricas e também a geração por energia de fissão nuclear.

101. A extração e beneficiamento do petróleo não se revela em benefício para a maioria da população. A paralisação no refinamento ou o desmantelamento de refinarias impõe a aquisição de combustíveis a preços internacionais, fruto da política do atual governo. É necessário reverter a privatização de refinarias e garantir a expansão de nosso parque produtivo. Mas é necessário, ao lado disso, investir em desenvolvimento de tecnologias que substituam progressivamente o uso de petróleo e de seus derivados e de termoeletricas. É necessário reverter a recente e desastrosa privatização da Eletrobras.

102. Para a transição energética é necessário ir além das fontes de geração de energia. A disputa central é para o que a energia será utilizada, por quais meios será produzida, por quem será consumida e administrada e a que custo. A migração para outras formas de geração, como eólica ou fotovoltaica, deve levar em conta os impactos sociais e alterações da natureza produzidas pela geração em grande escala, bem como fazer valer o princípio da precaução. As energias chamadas de “limpas” não podem ser justificativa para a apropriação privada da terra e do território, minando as condições de vida da população que vive da agricultura familiar. Atualmente os grandes parques eólicos se instalam nos territórios com maior índice de vulnerabilidade social e sua expansão não altera a dinâmica do modelo de produção e consumo.

103. A transição justa, conforme elaborada pelos movimentos sindicais e populares, deve orientar essas políticas, trazendo

para o centro do debate as condições de trabalho, a justiça ambiental e a democratização da política energética. Um elemento-chave é o apoio a formas locais e descentralizadas de geração de energia. Os investimentos nessas fontes de energia precisam ser desconcentrados, redistribuídos seus dividendos e devem garantir, prioritariamente, a segurança fundiária, os modos de vida e produção das comunidades tradicionais afetadas pelos grandes projetos. Só com a gestão e controle estatal se poderá se contrapor aos interesses das grandes empresas transnacionais geradoras e distribuidoras. Com isso garantir a redução de tarifas e taxas, o fortalecimento de mecanismos de compra e ou distribuição, devem fazer parte de nossas propostas, articuladas à desmercantilização e desprivatização da energia para avançar no sentido da democratização da energia. A soberania energética e a defesa de um novo modelo energético democrático na sua geração e distribuição deve estar no nosso horizonte.

” É necessário, ao lado disso, investir em desenvolvimento de tecnologias .

104. A perspectiva ecossocialista não pode ser reduzida a um “tema” e deve ser transversalizada de modo a orientar o conjunto de nossas práticas e programas. Não são poucas as experiências que apontam outro caminho, como a agricultura familiar e camponesa, com lastro principal no aprofundamento da reforma agrária e nos princípios da agroecologia; o ecoturismo de base comunitária, como atividades econômicas alternativas de baixo impacto e de proteção da “natureza com gente”, tal como realizadas por comunidades tradicionais.

105. A perspectiva ecossocialista busca a harmonia das relações humanidade-natureza, reconhecendo a ecodependência. É uma perspectiva feminista, é se aquilombar, é autóctone, é participativa, já que a construção e a gestão de todas as essas frentes de luta devem estar intrinsecamente vinculadas aos mecanismos da democracia radical. É alternativa ao

neoliberalismo, mas também a visões estreitas do nacional desenvolvimentismo. Nosso programa para enfrentar a crise ecológica envolve a produção e distribuição de alimentos saudáveis para toda a classe trabalhadora; água e saneamento com qualidade, sem racismo ambiental e com justiça ambiental orientando as decisões; uso sustentável e valorização da sociobiodiversidade com garantia de direitos e modos de vida dos povos tradicionais.

106. Uma transição justa requer colocar o trabalho e a reprodução social nos debates estratégicos. Requer o reconhecimento e ampliação do trabalho associado e da autogestão, a relação solidária com fornecedores, consumidores e população do entorno, e principalmente, a partir de uma base tecnológica que promova inclusão, economia e racionalização no uso dos bens comuns, circuitos fechados com o mínimo de geração de resíduos sólidos, líquidos e emissões. Ciência, tecnologia e inovação devem ser democratizadas e servir à vida, considerando todos os componentes da natureza. É necessário desenvolver uma nova economia vinculada a um novo parque industrial de reciclagem e reuso com orientação redistributiva.

107. A Democracia Socialista defende que o PT e as esquerdas devem liderar esse processo de mudança, a transição ecológica. É o único caminho que poderá garantir a sobrevivência das espécies com a dignidade que defendemos.

108. Os documentos partidários foram historicamente tímidos na temática socioambiental, ou na abordagem do ecossocialismo ou outros conceitos e nomenclaturas assemelhados, não obstante o notável ativismo de um expressivo grupo de militantes espalhados pelo País. O Plano de Governo Lula/Haddad deu um passo considerável na abordagem da transição ecológica de forma transversal, isto é, o desafio es-

tava irmanado com a maior parte das áreas temáticas que mantém interface com o tema: desenvolvimento, educação, saúde etc. Posteriormente, um documento norteador das últimas eleições municipais, também o fez com dedicação.

109. Mais recentemente, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil também retomou essa pauta, ainda que pudesse ser mais avançado. Ecosocialismo, transição justa e sustentabilidade da vida devem convergir, cada vez mais, na estratégia da revolução democrática defendida pela DS.

CONTRIBUIÇÕES DAS/DOS LGBTI+

110. Vivemos um momento de radicalização e acirramento da luta de classes em todo o mundo, no qual forças conservadoras se organizam em torno de uma agenda política reacionária, que traz consigo retrocessos civilizatórios em todas as áreas. A atual crise do capitalismo expõe as contradições desse sistema e aprofunda suas mazelas sociais. O acúmulo ilimitado de capital, o avanço do oligopólio dos meios de produção, a exploração predatória do meio ambiente e a ultra exploração do trabalho, tem nos colocado num contexto de condição de vida cada vez mais precário, que impacta de forma significativa a maioria da população, em que, a prosperidade de poucos tem ligação direta com a miséria de muitos.

111. Em outro aspecto, o capitalismo avança seu projeto de exploração do trabalho e da vida humana, ao assumir sob a ótica do discurso e da prática, um conjunto de retrocessos, colocando-os, na ordem do dia sob a perspectiva do fortalecimento de uma agenda fascista, alicerçada em uma estrutura racista, xenofóbica, LGBTIfóbica e machista ao redor do mundo, que encurrala a classe trabalhadora e com isso, obriga-nos a reafirmar o caráter classista das lutas. Nesse sentido, as questões que envolvem a luta LGBTI+ devem assumir

” A perspectiva ecosocialista busca a harmonia das relações humanidade-natureza.

papel central na pauta política, pois, não há como pensarmos a emancipação humana frente ao capital sem reconhecer e considerar a livre orientação sexual e a identidade de gênero.

112. Como reação às lutas emancipatórias, a extrema direita se organiza sobre um projeto neofacista a partir de uma estrutura tecnológica em rede, que dissemina mentiras (fake news), utilizando as nossas identidades LGBTI+ como alvos, com o nítido objetivo de intensificar a LGBTIfobia e a desconstrução dos valores democráticos e da diversidade. Importante ressaltar que, as “fakes” sobre nossa população são um dos principais instrumentos utilizados por esses setores conservadores para deslegitimar nossas lutas e terem êxito em processos eleitorais, através de uma falsa narrativa de defesa dos valores morais, da “família” e da vida.

113. No Brasil, as contradições do conjunto de interesses que levaram à eleição de Bolsonaro e do projeto fundamentalista, conservador e de morte instaurado, agravaram o desmonte do Estado brasileiro, em curso desde golpe de 2016. Significando assim, um enorme retrocesso em todas as áreas, sobretudo, no total descomprometimento da esfera do poder executivo e do legislativo federal com a população LGBTI+, a qual, continua sendo a mais violentada no mundo. A exemplo disso, dados do Transgender Europe (TGU, 2021) informam que a cada dez assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil, nos colocando no ranking do país que mais mata LGBTI+ no planeta. Constituindo-se num verdadeiro processo de extermínio da nossa população, que impacta diretamente as relações sociais em nosso país.

114. O neoliberalismo constrói uma viabilidade moral e econômica que exclui os corpos dissidentes dos LGBTI+ periféricos, dos negros e da população trans. Ao mesmo

tempo em que nos matam, retiram nossos direitos com a aprovação de reformas neoliberais, trabalhistas e previdenciárias, que aprofundaram o sistema de exploração, o qual, a serviço do patriarcado e da cis-heteronormatividade, nos nega o acesso ao trabalho digno, à seguridade social e aos demais direitos humanos consolidados. Logo, o combate a LGBTfobia e demais opressões, traz consigo a centralidade do enfrentamento a esse sistema, que tem como cerne a exploração humana em todas as suas dimensões.

115. Nesse sentido, urge a necessidade de organização e atualização do nosso programa político, posicionando nossa atuação dentro da Democracia Socialista, no Partido dos Trabalhadores, nos movimentos sociais e nos espaços institucionais de governo, com o compromisso das interseccionalidades das bandeiras, como paradigma da construção de uma nova sociedade verdadeiramente livre, justa, democrática e socialista. Para isso, é fundamental que as nossas organizações tenham compreensão de que nossas lutas não são meramente identitárias, mas sim, estruturais deste sistema. Dessa forma, é imprescindível a construção de um programa radical de esquerda, que avance na conquista dos direitos de toda a classe trabalhadora, e que as pautas LGBTI+ não sejam rifadas por acordos políticos, pois, acreditamos que a transformação social e a liberdade, dependem da defesa irrestrita da democracia e da diversidade.

116. Desta forma, para o enfrentamento aos desafios da conjuntura, nós LGBTI+ da Democracia Socialista propomos ao conjunto da militância da tendência:

- | Desenvolver ações que promovam a difusão e a expansão da atuação da nossa militância LGBTI+ socialista, feminista e antirracista, com abrangência em todo o Brasil;
- | Fomentar o controle social e propor políticas públicas para a população LGBTI+;

” É necessário desenvolver uma nova economia vinculada a um novo parque industrial .

- | Incidir políticas nas diversas instâncias institucionais, que abranjam os municípios, os estados e todo território nacional de forma a fortalecer e dar visibilidade ao movimento LGBTI+;
- | Articular com fóruns, entidades, organizações, movimentos sociais e com os diversos atores da luta social, construindo parcerias para o enfrentamento das lesbo/homo/bi/transfobia e outras violações de direitos;
- | Promover espaço de discussão, reflexão e formação, no intuito de contribuir com os processos de empoderamento da população LGBTI+;
- | Atuar na promoção e preservação da memória do movimento LGBTI+ da DS;
- | Fortalecer as instâncias partidárias do PT com foco na defesa e promoção dos direitos da população LGBTI+.
- | Enfrentar o machismo, o racismo, a lesbo/homo/bi/transfobia e toda e qualquer forma de opressão;
- | Incentivar o consenso progressivo como método preponderante na construção das decisões coletivas, baseado em princípios democráticos e socialistas;
- | Defender as Identidades de Gênero e da livre orientação sexual com base na justiça e no respeito às diversidades;
- | Promover o socialismo democrático para a construção de uma sociedade igualitária e livre das opressões estruturadas pelo sistema capitalista de produção.

UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA EMANCIPADORA, POPULAR E CIDADÃ

117. As possibilidades para a radicalização da democracia passam também por um projeto de educação pública emancipadora, popular e cidadã. A Democracia Socialista denuncia o caráter excludente do projeto educacional autoritário e neoliberal. A educação, no contexto do capitalismo em sua fase de acumulação flexível, é impactada pelo ideário neo-

liberal, cujos princípios visam incrementar a infraestrutura material e a superestrutura política e ideológica que explicam e justificam a mercantilização de todas as relações sociais.

118. Já na sua origem, o liberalismo clássico, embora admitisse a necessidade da educação, previa uma formação fragmentada, separando o pensar e o fazer, a teoria e a prática. Adam Smith, em sua obra “A Riqueza das Nações”, defendia a educação dual, elementar para os filhos dos trabalhadores – leitura, escrita e as quatro operações –, enquanto as classes dirigentes poderiam continuar seus estudos, pois tinham tempo ocioso para estudar. A fala do atual ministro da Educação se filia à mesma perspectiva, com uma roupagem atual. O ideário liberal repousa na materialidade das relações capitalistas, que não se reproduzem sem a expropriação do trabalho. Em consequência, o postulado dos direitos civis e políticos, baseados no direito de propriedade, na competição e no individualismo se alinham perfeitamente com uma educação fragmentada, precarizada, que induz os empobrecidos a opções precoces, com vistas a abreviar o ingresso no mercado de trabalho precarizado. Cumprindo esse objetivo, o liberalismo dialoga facilmente com concepções fascistas e autoritárias como as estabelecidas pelo governo Bolsonaro.

119. Ao mesmo tempo, a formação histórica do Brasil forjou um setor social escravocrata, formado principalmente por segmentos médios, que formulam ou apoiam propostas como Home Schooling e escolas Cívico-Militares. O ataque às universidades, à Ciência em geral, está alinhado aos objetivos fascistas e mercantis, que visam disputar os corações e mentes de nossas juventudes. São mais de quarenta milhões de crianças e adolescentes submetidas à formação precarizada para ingressar em um mercado de trabalho precarizado. A luta para derrotar o fascismo e o neoliberalismo demanda o resgate da educação pública, a afirmação de um

” Não há como pensar a emancipação humana frente ao capital sem considerar a livre orientação sexual e a identidade de gênero.

projeto educacional sustentado por políticas sociais inter-setoriais que garantam a permanência o acesso ao conhecimento com uma Educação Integral para nossas juventudes, formando cidadãos com competência para realizar sua existência material e com capacidade crítica para construção de uma sociedade radicalmente democrática.

EM DEFESA DO SUS

120. O SUS desde o seu nascedouro, pós ditadura, pós luta pela democratização do Estado, pós luta da reforma sanitária e pós constituição de 1988, sofre subfinanciamento crônico vinculado aos governos neoliberais vigentes no nosso país até o início dos anos 2000. Nos governos do PT obteve melhoras nítidas, especialmente na atenção primária com o aumento de Equipes de Saúde da Família e o Mais Médicos. Depois do golpe contra a presidenta Dilma, sofreu descaracterização de seu modelo e sofre hoje desfinanciamento grave e corre sérios riscos de destruição de uma política que protege seus cidadãos.

121. Apesar de ser inclusivo e redistributivo e acolher milhões de pessoas no Brasil, não conseguiu ainda ser universal e cumprir firmemente com seu princípio de equidade, tratando de forma diferente e especial aqueles que acumulam desvantagens. Sem ser problema exclusivo do SUS, isto se vincula a cultura patriarcal, machista, racialista e sem respeito à diversidade do mundo capitalista. Mas mostrou ser gigante, apesar de seus vazios assistenciais, salvou muitas vidas e por isto mesmo deve ser defendido com muita força de luta. A radicalidade da democracia na escuta e formulação partilhada com a população se faz premente.

122. Quando mais precisa ser robusto e cuidar daqueles que precisam se reabilitar pela Covid-19 e aqueles que durante a pandemia tiveram seus atendimentos na rede assistencial um

tanto paralisados é que sofre golpes sequenciais do governo neoliberal de Bolsonaro. É fundamental que o PT priorize a saúde no seu caráter universal e público, que começa pelo aumento do financiamento público e pelo modelo de Estado, na sua gestão pública, que inibe a relação com o mercado privado predatório na saúde, isto se relacionando com a reforma tributária, já constante do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil.

123. As modificações visam libertar nossas gestões de ferramentas privatistas. Lutamos pelo SUS robusto em todas as pontas do seu sistema (na atenção primária, prioritariamente, mas também na secundária e terciária), com gestão participativa e respeito as diretrizes do CMS e da população da cidade. Se considerarmos a concepção de que o processo de adoecer e morrer passa pela desigualdade estrutural da sociedade e pelo acesso insuficiente a políticas de preservação do meio ambiente, de emprego e renda, segurança alimentar, moradia digna, transporte público, políticas educacionais, cultura e lazer e tantas outras; se considerarmos que o processo de construção da equidade no SUS passa pela cultura da sociedade, que exclui os mais vulneráveis, então, lutar pelo SUS é lutar pela vida, pela cidadania, se entendida como direitos, pela autonomia e pela democracia. Também se considerarmos que planos de saúde não veem o cuidado em saúde separado do lucro, que sempre médico e procedimento centrado, portanto curativos e, às vezes, sem qualidade, são parciais e oneram o SUS com desregulamentação e renúncias para apenas uma parcela da população, esvaziando a arrecadação pública; são transitórios para aqueles que se desempregam; são caros e para uma pequena parcela da população. Por isto lutar pelo SUS é ato solidário de todos e todas.

124. Assim, o militante do SUS não pode ser só gestor, trabalhador e usuário de conselhos de saúde. Somos todos e

” O combate a
LGBTfobia e demais
opressões, traz
consigo
enfrentamento a
esse sistema

todas nós construindo com o povo a defesa, a melhoria da política de saúde e a sustentabilidade do SUS nos nossos governos e em governos de oposição. Também, o militante do SUS, tem que estar imbuído desta concepção e desta luta classista, antirracista, feminista e pela justiça social. A DS é parte importante deste processo através de nossos parlamentares, nas conexões nas frentes ou setores, em cada movimento, em cada sindicato e em cada território.

POR UMA FRENTE DE ESQUERDA NO BRASIL

125. As eleições de 2020, mais uma vez, demonstraram as dificuldades e a ausência de tradição para compor um bloco de esquerda permanente nas disputas eleitorais e mesmo na ação política em frentes sociais.

126. Na história política do país essas experiências são inexistentes ou muito frágeis. Os longos períodos ditatoriais e/ou autoritários no século XX e a exclusão da esquerda das disputas eleitorais, com brevíssima exceção entre 1945/7, sempre dificultaram ou impediram essas experiências. Mesmo em anos de alguma abertura política, década dos 50 por exemplo, o espaço consentido nunca alcançou a legalização partidária eleitoral da esquerda.

127. Podemos afirmar que a plena pluralidade partidária legal e de fato só é reconhecida no Brasil após os anos 80, quase dois séculos depois do país ter saído da condição de colônia portuguesa. Experiências efêmeras como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos anos 1934/35, a Frente de Redemocratização dos anos 40 e o caráter frentista por democracia do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não se constituíram como alternativas orgânicas viáveis no longo prazo.

128. Nas eleições de 1982, além dos sucedâneos do bipartidarismo consentido, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Social (PDS), registraram-se para a disputa eleitoral o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Trabalhismo dividiu-se por manobra burocrática do regime, em acordo com trabalhistas históricos, para impedir que seu verdadeiro herdeiro, Leonel Brizola, assumisse a sigla histórica de Getúlio Vargas e João Goulart.

129. Todos, com exceção do PT, nasceram no interior do Congresso usufruindo da regra que permitia o registro com um mínimo de adesão de parlamentares. O PT foi o único a cumprir a alternativa de registro: em nove meses organizar direções provisórias em um mínimo de 11 Estados e nestes comissões diretivas organizadas em 20% dos municípios dessas unidades federadas.

130. Os principais Partidos ainda clandestinos, Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) mantiveram-se fora da disputa eleitoral. Cautelosos, pois o regime militar perdurava, defendiam o apoio e a manutenção do caráter frentista do PMDB. Inclusive, para lançar e apoiar candidaturas através dessa legenda.

131. Ainda em 1982, a ditadura tentou mais uma manobra, o voto vinculado. Além das eleições gerais para o Congresso e as assembleias estaduais, os municípios que não fossem capitais e áreas consideradas de Segurança Nacional, teriam eleições simultâneas as eleições gerais. O golpe arquitetado pelo voto vinculado era pressionar o eleitor ao “voto útil” nos partidos que vinham do regime, PDS e PMDB, já domesticados pela atividade parlamentar. O eleitor, caso não votasse no mesmo partido nas eleições municipais e gerais, teria seu voto anulado.

” O liberalismo dialoga facilmente com concepções fascistas e autoritárias.

A REORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA DOS ANOS 80/90

132. Mesmo com as manobras da ditadura, os novos partidos sobreviveram. As eleições nas capitais em 1985 e a luta pela Assembleia Constituinte acabaram suplantando o bipartidarismo imposto e novos partidos surgiram ampliando o espectro político-partidário. O Congresso Constituinte de 1988, frustrando a ideia de uma Constituinte exclusiva e soberana, manteve o sistema eleitoral com suas mazelas e vícios. O voto nominal, o financiamento privado, a permissividade das coligações, além de se constituírem em crescentes instrumentos de corrupção, são destruidores da própria vida partidária.

133. A licenciosidade na criação de partidos através de registros provisórios, no entanto, acabou consolidando a tendência de explosão das siglas partidárias. Em torno de 30 partidos passaram a existir no país, estimulados pelo Fundo Partidário e os tempos de Rádio e TV nos períodos eleitorais.

134. No campo da esquerda, o crescimento vertiginoso nos primeiros anos do PT baseado numa sólida representação sindical e sua singular organização interna, garantindo o direito de correntes internas, de tendências de opinião, fizeram com o que o Partido atraísse um grande número de grupos, movimentos organizados, pequenos partidos clandestinos regionais ou locais visando beneficiarem-se desse rápido crescimento e a atratividade do projeto de democracia interna.

135. Em pouco tempo, colocou-se o dilema Partido ou Frente Política causado pela heterogeneidade dos grupos e movimentos formadores. Estes iam dos sindicalistas de todo o país a intelectuais e setores egressos da Universidade, dos movimentos comunitários e eclesiais de base aos grupos e or-

ganizações que sobreviveram à ditadura e se reorganizavam através de periódicos e jornais alternativos.

136. Prevaleceu a tese de que o PT seria um Partido, mas com direito de tendências de opinião em seu interior e com respeito a representação proporcional dessas correntes em suas instâncias de direção. Nos primeiros anos, representação proporcional nos Diretórios. No Congresso de 1991, aprovou-se sua extensão para as Direções Executivas e, também, a representação mínima de gênero de 30%.

137. Em 1983, a organização da Central Única dos Trabalhadores, uma central sindical nacional, distinta da estrutura de Federações e Confederações da velha Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formava-se com critérios semelhantes de composição de unidade através da proporcionalidade das correntes e forças sindicais nos congressos. A nova Central e sua construção davam a ideia de um caráter novo e diferente das experiências sindicais europeias onde prevaleciam centrais sindicais alinhadas ideológica e programaticamente com Partidos do campo progressista: democratas-cristãos, socialistas e comunistas.

138. A partir de 1986 o crescimento exponencial do PT, dobrando sua representação na Câmara Federal a cada eleição (em 1982 foram 8 deputados eleitos; 1986, 16 deputados; 1990, 35 deputados; 1994, 50 deputados; 1998, 59 deputados; 2002, 91 deputados)¹ contrastava com a crise de referências da esquerda mundial com a derrocada do “socialismo realmente existente” no Leste Europeu. Principalmente os Partidos Comunistas, historicamente identificados com a União Soviética.

139. Desde seu nascimento, o PT assumiu uma postura independente em relação à experiência soviética e aos partidos

” São mais de quarenta milhões de crianças e adolescentes submetidas à formação precarizada.

socialistas europeus. Isso era fruto da visão crítica da vertente de esquerda fundadora do Partido e da desconfiança das lideranças sindicais em relação às experiências europeias e, também, pela existência dessas posições políticas como concorrentes no Brasil.

Esses elementos facilitaram o crescimento do PT como a maior organização partidária na esquerda brasileira e com capacidade de construir unidade pelo democrático debate interno de forma singular. Mas, é óbvio, não ajudavam a pensar a unidade com as forças de esquerda de outros partidos como uma necessidade histórica.

140. O PDT e o PSB, apesar da pouca tradição de organização de bases sindicais e de debate interno teórico-programático, aproximaram-se da Internacional Socialista assumindo uma identidade ideológica programática com baixa repercussão disso na vida desses partidos na luta política concreta no país.

141. A necessidade de afirmação partidária e consolidação programática desse amplo leque nos primeiros anos da democratização no país, não ajudou no sentido de estimular a luta unitária. Ao contrário, prevalecia a disputa na representação dos setores populares e das classes trabalhadoras.

142. Essa tendência, inclusive, vai estender-se ao movimento sindical. O caráter “único” pretendido pela CUT com a garantia da proporcionalidade nas instâncias da central foi insuficiente para manter a unidade. A ambiguidade nas relações com a CLT e sua estrutura sindical, com o Estado e a fonte de financiamento representada pela arrecadação compulsória do Imposto Sindical prevaleceram. Mais, os interesses particulares dos partidos e as disputas de representação, levaram a multiplicação das Centrais Sindicais.

143. Nos anos 90, a necessidade de unidade na esquerda tornou-se mais urgente. Com a proliferação das siglas partidárias, apesar de sua identidade ideológica e programática com o capitalismo, os partidos burgueses no Congresso buscaram uma forma de diminuir riscos. Assustados com as vitórias do PT em Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo e a campanha de Lula em 1989, aprovaram a lei de dois turnos eleitorais. O argumento “democrático” era garantir mais legitimidade ao eleito, mas sem enfrentar a permissividade da avalanche de partidos. A regra aprovada é draconiana. Ou o candidato supera os 50% no primeiro turno ou tem que enfrentar um segundo turno com a possibilidade de união de minorias com razoáveis conflitos e até contradições, mas que diante do “inimigo” comum aliam-se de qualquer forma. Regra duríssima diante das experiências em outros países onde se garante a vitória com 45% dos votos ou até menos, desde que o segundo esteja a uma diferença de dez pontos percentuais.

144. O sistema eleitoral herdado da Constituição de 1988 é todo montado para distorcer o processo democrático. O voto nominal e seu financiamento privado, a brutal distorção na representação da cidadania com o piso de 8 deputados e o teto de 70 deputados nos Estados e a duplicidade de competências entre Câmara e Senado.

Todas são regras que favorecem o conservadorismo e dificultam o avanço de partidos de esquerda e transformadores.

A VITÓRIA ELEITORAL COM LULA EM 2002

145. A chegada de Lula à presidência da República em 2002 foi alcançada apesar dos obstáculos do sistema eleitoral, mas, enquanto o presidente alcança 46,4 milhões de votos, a bancada do PT na Câmara Federal recebe apenas 15 milhões de votos e que lhe permitiu eleger 91 deputados federais. Menos de 20% das cadeiras da Câmara.

”Lutar pelo SUS
é lutar pela vida,
pela cidadania.

146. A frente política composta pelo PT, PCdoB e PR teve caráter apenas eleitoral e não avançamos numa proposta de consolidar uma aliança com setores mais próximos como o PSB e o PDT, de Leonel Brizola. O governo abriu-se para uma ampla coalizão que garantisse governabilidade via Congresso e essa política predominou ao longo dos quatro mandatos. Não avançamos na constituição de um bloco mais coeso, programaticamente, e as consequências da política de alianças amplas no Congresso, inclusive com setores da direita como o PP e partidos ligados aos cultos evangélicos, foram muito danosas.

147. Essa orientação generalizou-se nos Estados e Municípios assumindo um caráter eleitoreiro e imediatista, bem como decorrência disso uma descaracterização das origens e do programa partidário. Inclusive, o abandono de políticas que identificavam o “modo petista de governar”. Em especial, as políticas de democracia participativa e incentivo a organização e participação popular independente.

148. Vimos no momento do golpe contra o governo Dilma e pagamos alto preço pelo comportamento dos aliados do centro e centro direita e a ausência de uma política mais consistente na construção de um bloco mais sólido e comprometido com um projeto político.

RAZÕES PARA UMA FRENTE DE ESQUERDA NO BRASIL

149. A derrota político-eleitoral de 2018 talvez ocorresse mesmo com a construção de uma maior unidade no campo democrático popular. O golpe que destituiu Dilma e o impedimento da candidatura de Lula foi fruto de uma sólida aliança da burguesia neoliberal, da mídia monopolista que se encarregou de criminalizar a política e, em especial o PT, da cumplicidade do judiciário e da ação direta dos Partidos do centro e da direita no Congresso Nacional.

Mas, certamente, o quadro eleitoral seria outro se tivéssemos construído uma unidade além do PT e PCdoB. A potencialidade de atração nos movimentos sociais e a capacidade de criar grandes mobilizações teria sido outra com uma chapa unitária envolvendo partidos como o PSol, o PDT e o PSB já no primeiro turno.

” Em torno de 30 partidos passaram a existir no país.

150. Agora, é inegável que a eleição de 2018, mesmo com profunda ilegitimidade reformulou o quadro partidário brasileiro e suas principais referências que vinham se constituindo desde 1980. O fenômeno Bolsonaro e o discurso antissistema e de crítica profunda aos partidos e a política em geral, o apelo ao moralismo no combate a corrupção, a identificação do senso comum com a unidade em torno dos símbolos pátrios, atraíram amplos setores dos partidos que ao longo dos 80 e 90 buscavam arregimentar eleitores e filiados em torno de programas com maior coerência e com identificação com setores da sociedade brasileira.

151. Os partidos mais consolidados, nacionalmente, como o PMDB, o PSDB, o PP sofreram derrotas contundentes. Mesmo com a ida de Haddad ao segundo turno, o PT também teve redução sensível de bancada ainda que se tenha mantido como a maior representação na Câmara, com 54 deputados (as). Soma-se a isso a manutenção do sistema eleitoral montado para favorecer o individualismo, o personalismo, o clientelismo eleitoral e o poder corruptor do financiamento público. Não é de estranhar que permissividade na criação de partidos e a ausência de identidade programática e ideológica da grande maioria dos partidos sejam responsáveis pela crise de representação atual.

152. A burocratização do sistema parlamentar e dos partidos – fenômeno clássico no liberalismo capitalista – agrega-se ao quadro anterior para dificultar e confundir o re-

conhecimento dos partidos como necessários para uma construção democrática saudável.

153. Esses elementos reforçam ainda mais a necessidade de formação de um Bloco de esquerda. O preconceito que foi criado de rejeição aos partidos, o senso comum de que “todos são iguais”, de que “toda a política é corrupta” são obstáculos difíceis de serem superados, individualmente, pelos partidos.

154. Por fim, o maior desafio, a crise de referências teóricas e práticas do socialismo pós derrocada do Leste Europeu e a pouca atratividade pelas experiências isoladas que existem não ajudam na escolha inequívoca de um partido ou movimento político.

155. Mesmo com o crescimento acelerado que a elevou a condição de potência mundial, a experiência chinesa com seu modelo burocrático-autoritário de Partido único e enormes ambiguidades e crescentes desigualdades na transição socialista não é um atrativo para o conjunto da esquerda mundial como alternativa.

156. Na Europa, onde floresceram lutas e teorização das experiências socialistas, a crise de alternativas no campo da esquerda ainda prevalece. Os antigos Partidos Comunistas e Socialistas, em quase todos os países, viveram crises enormes de representação política e de governabilidade alternativa ao modelo neoliberal de austeridade fiscal e de ataque às conquistas históricas do “bem estar social”.

157. Mais recentemente, algumas experiências vêm sendo positivas e apontando novas possibilidades. A Frente de Esquerda que apoiou Jean-Luc Mélenchon nas últimas eleições presidenciais na França alcançou 20% dos votos no primei-

ro turno. Mas o desafio da unidade das esquerdas continua sendo o principal desafio na luta contra o neoliberalismo e a extrema-direita. Na Espanha, a construção da unidade entre o Podemos e a Esquerda Unida, também sinalizou a possibilidade de sucesso nas principais cidades. Em Portugal, o acordo entre o Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português (PCP) de garantir sustentação parlamentar, mesmo sem participarem no governo, ao Partido Socialista garantiu, durante um certo período, resistências e avanços concretos contra as políticas de austeridade e corte de gastos sociais da União Europeia.

158. Na América Latina, a mais rica experiência de frente político-partidária com unidade em torno de um programa comum, sem dúvida, é a Frente Ampla uruguaia. Nascida em 1971, sobreviveu à ditadura militar (1973/1985) e caminha para completar 50 anos, como principal força política do país. Num Uruguai marcado ao longo do século XX por um bipartidarismo hegemônico entre “blancos” e “colorados”, conservadores e liberais, mas defensores da ordem capitalista, o surgimento da Frente Ampla permitiu que o conjunto dos partidos e das forças socialistas, comunistas, nacionalistas de esquerda, democratas radicais, artiguistas, etc... assumisse um protagonismo crescente que levou a Frente Ampla vencer as eleições na Capital e chegar à presidência da República, várias vezes. A Frente Ampla aglutina em torno de um programa comum (democrático, anti-imperialista e de reformas e conquistas sociais) mais de 25 organizações, partidos e movimentos políticos, sem perda de identidade de cada um de seus membros. Seu enraizamento em todo o país e organismo de base permitem a qualquer cidadão a adesão individual a Frente Ampla sem exigir a filiação prévia a uma das suas organizações. Sua longa trajetória possibilitou uma identidade com os setores sociais que representa que vai além do resultado positivo da unidade e força,

” Prevaleceu a tese de que o PT seria um Partido, mas com direito de tendências.

mas também exerce um papel pedagógico de identidade de lutas e eleitoral inegáveis.

159. Mais recentemente, o Chile vive também uma rica experiência frentista (Frente Amplio) que nasceu em 2017 e hoje é formada por 13 organizações políticas. Sua origem está ligada aos movimentos estudantis e sociais de 2011 na luta por educação pública, laica e gratuita em oposição a herança privatista da ditadura de Pinochet e mantida pela “concertación” pós regime militar, na transição “lenta e segura” da ditadura. A Frente expressa também a luta contra o sistema eleitoral mantido pela “concertación” que via distritos eleitorais impede a representação proporcional das minorias. Nas eleições de 2017 seu desempenho foi surpreendente, alcançando 20% dos votos no primeiro turno.

160. Essas experiências são positivas pela unidade, por permitir crescimento quantitativo na representação, mas valem, principalmente, pela necessidade de produzir um programa comum. Aprender a construir a unidade na diversidade de posições distintas, que na esquerda remontam a conflitos históricos e debates teóricos que atravessam décadas, é tarefa difícil mas necessária e inadiável.

161. O desafio da reconstrução programática da esquerda socialista é mundial. Essa crise é anterior, inclusive ao desmonte do “socialismo realmente existente”. As experiências na União Soviética e nos demais países do “bloco socialista” após a Segunda Guerra Mundial e na China, com a vitória da Revolução em 1949, não foram capazes de construir sociedades socialistas que superassem plenamente as nações capitalistas em todas dimensões da vida social. O crescimento econômico e a superioridade do planejamento sobre o mercado permitiram que esses países em poucas décadas se transformassem em potências mun-

diais, superando séculos de atraso de dominação oligárquica e/ou dominação colonial.

162. No entanto, a não extensão da revolução para outros países, o cerco permanente e a corrida armamentista, o processo de burocratização do Estado e o predomínio da tese do Partido único impediram a construção de uma democracia socialista. Tanto no modo de produção, mesmo com a estatização dos meios de produção, não se produziram novas formas duradouras de gestão com o protagonismo dos trabalhadores nem uma nova institucionalidade superior em democracia do que a praticada pelo parlamentarismo liberal nos países capitalistas desenvolvidos.

163. Esse déficit ideológico e programático prolonga-se até hoje e é tarefa dos militantes socialistas recuperá-lo. O atraso histórico é evidente e se expressa quando partidos de esquerda chegam aos governos e são incapazes de apresentar alternativas no enfrentamento à lógica do capital e de suas instituições parlamentares e judiciais. A ação conjunta em uma Frente poderá se transformar em rica experiência de diálogo, de superação de sectarismos acumulados ao longo de décadas de divergências pouco justificadas diante das enormes tarefas e desafios que nos afligem.

164. Qual o Estado que queremos? Como superar o sistema eleitoral (corruptor, anacrônico e antidemocrático) e o atual bicameralismo (caríssimo, burocratizado, com duplicidade de competências e com proporcionalidade fraudada) que sofremos? Qual o limite da propriedade pelo qual lutamos? Como ser um país soberano num mundo globalizado e subordinado ao Império norte americano pelo poder militar e por instituições internacionais não eleitas que decidem a economia e o nosso futuro? Como controlar e dominar as novas tecnologias da informação que decidem nossas vidas?

” Desde seu nascimento, o PT assumiu uma postura independente .

165. Muitas são as perguntas que ainda não respondemos nem convencemos a população para transformá-las em força política. Confiamos que discuti-las em conjunto, socializarmos nossas experiências e aprofundarmos o conhecimento histórico sobre os erros e acertos da luta dos socialistas no mundo, mais rápidas e exitosas serão nossas conquistas.

VAMOS CONSTRUIR A FRENTE DE ESQUERDA

166. Neste momento, é evidente a existência de vários partidos e organizações políticas que se colocam em oposição ao governo Bolsonaro e ao modelo ultraneoliberal que ele e o ministro Guedes aplicam no país. No Congresso, partidos que votaram contra o impedimento da presidenta Dilma e atuaram juntos na defesa das leis trabalhistas e da Previdência pública vem assumindo, em geral, uma oposição permanente contra o Governo. Esses partidos: PDT, PT, PSB, PCdoB e Psol assinaram, também, manifesto de trabalho conjunto de oposição no país. Além desses, há vários movimentos de (re)organização de partidos no campo da esquerda anticapitalista que ainda não possuem representação parlamentar mas estão nas lutas sociais como PCB, PCO, PRC, PSTU, UP e outros.

167. Recentemente, em torno de duzentos homens e mulheres, intelectuais, professores universitários, dirigentes partidários, sindicalistas, jornalistas firmaram um manifesto público e aberto a adesões por uma Frente de Esquerda. Originário do Fórum 21, animado pela Agência Carta Maior, o manifesto traduz o sentimento dessa heterogeneidade de cidadãos (ãs) que o assinam e, também, o anseio e o apelo dos participantes das grandes mobilizações dos últimos anos por democracia, pela Universidade pública, pelos direitos trabalhistas agredidos, pela Previdência pública, enfim, contra o governo neoliberal e entreguista de Bolsonaro e Guedes.

168. Nas eleições em curso, em um número significativo de municípios construímos frentes eleitorais entre partidos desse campo, independente da posição partidária sobre Frentes além do período eleitoral ainda que, em casos de vitória, governaremos juntos. Se não foi possível construir uma frente mais orgânica, mais permanente, os processos eleitorais nos alertam para essa necessidade. Mais do que alertar, nos apontam o grave erro político cometido em várias grandes cidades. Desejamos que as dezenas de municípios onde alcançamos construir essa unidade seja mais um forte argumento para a construção de uma unidade superior.

169. Para potencializar o trabalho de todos, para unificar nossas lutas comuns, urge que construamos uma unidade permanente para fazer frente ao inimigo comum, com as seguintes características:

- a) Uma Frente política de Partidos e organizações que se reivindicuem de representação, aberta a participação e adesão diretas de cidadãos (ãs) que concordem com o Programa e as formas de organização da Frente;
- b) Um Programa Comum, aprovado consensualmente na fundação da Frente onde se estabelecem os pontos de unidade do conjunto baseados na defesa da Democracia Participativa, da Soberania Nacional e do anti-imperialismo;
- c) Um caráter permanente e de extensão nacional, estadual e municipal, com organismos de coordenação correspondentes;
- d) Uma busca permanente de ação parlamentar e governamental conjunta;
- e) Essa dinâmica frentista deveria se manifestar nas frentes sociais-sindicais já constituídas como a FBP e a FPSM, além de fazer convergir para elas um sem-número de organizações anti-racistas, feministas e de luta LGBTI+, propiciando organizações unitárias locais pela base;

” O desafio da unidade das esquerdas continua sendo o principal desafio na luta contra o neoliberalismo e a extrema-direita.

- f) Proporcionalidade consensual nas coordenações, de acordo com critérios pré-estabelecidos assim como critérios de paridade de gênero e proporcionalidade de idade e de raça;
- g) Seu caráter permanente e de ação comum nas lutas cotidianas do povo brasileiro facilitará, também, condições favoráveis de coesão, confiança mútua e identidade de programa para disputas eleitorais.

RESUMO DA POLÍTICA DE FRENTE DA ESQUERDA

170. A Frente de Esquerda faz parte da luta estratégica da esquerda brasileira pela organização independente dos trabalhadores que o PT herdou da esquerda revolucionária dos anos 60 e 70 e expressou na sua Carta de Princípios e no Manifesto de fundação.

171. A Frente de Esquerda é também a resposta conjuntural da luta anti-Bolsonaro e seu governo ultra neoliberal para fortalecer o caráter anti-capitalista do programa e atender a reivindicação mais generalizada nas mobilizações e nas grandes jornadas das Frentes populares que clamam pela unidade do campo popular e socialista.

172. A Frente de Esquerda responde também à fragilidade eleitoral nas eleições legislativas onde o peso da institucionalidade e da implantação social são importantes. Os resultados majoritários não podem esconder a fragilidade da esquerda em 2018 (PT, PCdoB, PSOL): menos de 15 % da Câmara Federal e apenas 10 milhões de votos nas municipais de 2020.

173. A formação da Frente de Esquerda, apesar dessa realidade e da lei eleitoral com cláusula de desempenho, não é es-

pontânea. Exige iniciativa, disposição de diálogo e tolerância e o reconhecimento de que a crise ideológica e programática do socialismo é mundial e enfrentá-la com pluralismo e diversidade nos dá mais chance de superá-la. Cabe ao PT papel decisivo – e lutaremos para que cumpra – na sua construção.

174. A Frente de Esquerda é o desafio de construí-la como um Frente orgânica, permanente, com programa comum, nacional que respeite a soberania das forças que a compõem e uma proporcionalidade consensuada de suas direções. E seja também um atrativo próprio para milhões que buscam na Esquerda uma referência orgânica ampla de adesão. A Frente de Esquerda não se confunde com frentes eleitorais, nem com lutas comuns e conjunturais e pontuais com outras forças políticas. A Frente de Esquerda é o desafio histórico de constituição de um bloco de forças com maior potencial de crescimento e alternativa real de poder.

” Experiências são positivas pela unidade, por permitir crescimento quantitativo na representação, pela necessidade de produzir um programa comum.

II

CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA

175. A concepção da construção partidária no Brasil através do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Democracia Socialista (DS) está na origem da nossa formação. Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores entendido como um projeto de construção de um partido socialista, democrático e de massas, portanto anticapitalista e revolucionário. Somos uma corrente que vem sistematizando há 40 anos a construção partidária numa perspectiva marxista-revolucionária.

176. Atualizar a compreensão desse projeto – em conjunto com a compreensão do período da luta de classes no Brasil e no mundo – é objetivo da nossa Conferência. Ao mesmo tempo, é necessário considerar o caráter processual dessa elaboração, que prosseguirá após a Conferência. Ela deve ser permanente.

177. Este texto compõe-se das seguintes seções:

- | o “manifesto de fundação” da Democracia Socialista;
- | o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores;
- | nossas tarefas na construção partidária;
- | diretrizes organizativas da Democracia Socialista.

O “MANIFESTO DE FUNDAÇÃO” DA DEMOCRACIA SOCIALISTA: O PT E O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL

178. A Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista nasceu em 1979 em meio aos debates e iniciativas para a formação de um partido independente da classe trabalhadora. O jornal *Em Tempo* foi o catalisador de grupos que defendiam construir uma organização marxista para ter um papel de vanguarda na construção desse partido.

179. Era comum na esquerda que organizações pequenas (às vezes automeadas “partido”) se considerassem o “embrião” do futuro partido revolucionário. Não era o nosso caso. Para a DS, o surgimento do Partido dos Trabalhadores era o grande encontro entre nossa concepção marxista de construção partidária e movimentos da classe operária que ganhavam consciência da necessidade de um partido próprio.

180. O documento *O PT E O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL* foi lançado em 1981 pelo “coletivo do jornal *EM TEMPO*”. Três anos depois foi republicado com atualização na revista *Perspectiva Internacional*. E sete anos depois, em 1988, foi a base para transformação da Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista (ORM-DS) na tendência *DEMOCRACIA SOCIALISTA (DS)* do PT.

Confira os documentos que nortearam a transformação da DS em tendência partidária: *O PT e o partido revolucionário no Brasil e Democracia Socialista, A construção do PT como partido revolucionário. I Conferência Nacional, 1988.*

181. Essa concepção orientou e organizou a construção de uma corrente como parte da construção de um partido. A

” Somos uma corrente do Partido dos Trabalhadores entendido como anticapitalista e revolucionário.

DS deve a essa diretriz sua construção e continuidade. Nela estão contidos as enraizadas visões de democracia partidária e de democracia na construção do socialismo que sempre nos caracterizaram. Está o ponto de vista internacionalista e a forte consideração de que o PT, mesmo guardando originalidades, não se colocava fora dos marcos da experiência das Internacionais, dos aprendizados com as vitórias e derrotas revolucionárias e dos riscos ali contidos. Por isso mesmo, a DS nunca separou a construção do partido de massas e a construção de uma organização marxista-revolucionária no seu interior.

182. A construção simultânea do PT e da DS compôs, assim, a “fórmula” estratégica da construção partidária em uma perspectiva marxista-revolucionária, termo que tomamos de Lenin para caracterizar a corrente internacional, da qual fazia parte junto com Rosa Luxemburgo, que lutava para defender a concepção marxista face à degeneração da II Internacional.

183. Essa fórmula implica em uma dinâmica de processos simultâneos e entrelaçados entre movimentos sociais, partido e corrente. Encontra seu desenvolvimento máximo na radicalização da luta de classes e no fortalecimento dos marxistas-revolucionários na direção do partido. Passa a enfrentar crises e exige atualizações críticas e estratégicas quando essa combinação virtuosa não se mantém.

184. A radicalização das lutas de classes e a formação de vanguardas classistas (anticapitalistas) a ela inerentes são fundamentais na construção partidária porque trazem o aprendizado da auto-organização e avançam o potencial revolucionário do partido e exatamente a possibilidade de fusão com o marxismo-revolucionário. O próprio marxismo-revolucionário deve avançar nesse contexto, como mostra o aprendizado de

Marx com a Comuna de Paris, em um movimento dialético de fusão entre novas experiências, novas vanguardas anticapitalistas e novos desenvolvimentos teóricos do marxismo.

185. De outro lado, a corrente marxista-revolucionária – entendendo por essa ideia a unidade orgânica dos marxistas-revolucionários – é insubstituível na construção partidária. Ela precisa ser forte o suficiente para fazer avançar o impulso anticapitalista e barrar as tentativas de submeter o partido às diversas modalidades de conciliação de classes, sobretudo em um país com pouca tradição de independência de classe. E, não se deve esquecer, nos momentos de baixa da luta de classes, os riscos de recuos se acentuam.

186. Para o desenvolvimento da nossa concepção de construção partidária é fundamental a independência de classe do partido, nos termos definidos no Manifesto Comunista: a separação de organização e de programa face a burguesia, o objetivo de um governo próprio da classe trabalhadora e a defesa do internacionalismo. Essas características não se desenvolvem espontaneamente; é necessário que se lute por elas.

187. Outro elemento igualmente fundamental e que também depende de uma corrente marxista-revolucionária é a luta pela democracia no processo de construção partidária. De modo algum, a democracia é imanente a esse processo que se dá sob um Estado que reprime mas que, também, integra parcelas da vanguarda à sua institucionalidade (cobrando “lealdade” e fornecendo por sua vez meios de controle sobre o próprio partido).

188. Nenhum projeto de construção partidária pode se desenvolver em meio à integração ao Estado e às consequentes exclusões (de vários tipos) de suas correntes socialistas. A construção partidária socialista é fundamentalmente um

” A corrente marxista-revolucionária é insubstituível na construção partidária. Ela precisa ser forte o suficiente para fazer avançar o impulso anticapitalista.

processo de síntese e só pode ocorrer sob a mais intensa democracia interna.

189. O terceiro elemento decisivo que depende de uma corrente marxista-revolucionária é o desenvolvimento do programa. A possibilidade de construir um partido revolucionário requer a compreensão da natureza da luta anticapitalista na época atual de grandes crises mundiais, da própria revolução socialista e dos impasses e contradições que marcam os processos originados em revoluções do século XX, das formas de opressão, exploração e expropriação capitalistas sobre as mulheres, sobre os negros e negras, sobre as nações indígenas e as comunidades lgbtqia+, na perspectiva da liberdade e da igualdade como valores fundamentais na emancipação humana. Esses requisitos não se apresentam a não ser no vigoroso labor militante solidamente implantado e na elaboração teórica de uma corrente direcionada para a revolução socialista.

190. A ideia de processos simultâneos e entrelaçados na construção partidária quer dizer, necessariamente, processos abertos, não lineares e não deterministas, o que reforça ainda mais o papel da corrente marxista-revolucionária. Sem uma permanente reflexão com fundamentos teóricos, de forma crítica, coletiva, coordenada e voltada para a ação, crescem os riscos tanto de adaptação e diluição como de separação dos processos reais e de enviesar por sectarismos.

DUAS CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS: PARTIDO REVOLUCIONÁRIO E FEMINISMO

191. É muito significativo que a 1ª Conferência da Democracia Socialista, tendência do PT, tenha como alicerces a concepção de construção partidária e a concepção do feminismo como elementos fundamentais para estruturar uma corrente marxista-revolucionária.

192. A construção da DS se deu em um momento de ascenso do movimento feminista mundialmente. Esse debate foi colocado pelas militantes feministas que desde o início se auto-organizaram dentro da DS. Isso se combinou com a visão revolucionária da DS que partia do reconhecimento do que naquele momento era denominado como opressões específicas e compreendia a importância da auto-organização dos oprimidos e que isso inclusive organizava o sujeito revolucionário. Essa construção da visão em relação ao feminismo contribuiu significativamente para posterior incorporação de outras dimensões como as lutas antirracista e LGBT.

192. A partir da combinação da militância na construção do movimento de mulheres autônomo e no Partido dos Trabalhadores, as militantes feministas puderam contribuir para o programa revolucionário, que rompia as dicotomias entre vida pública e privada, entre rural e urbano, entre política e economia, que encarava o problema dos dogmatismos no campo da esquerda tradicional e que articulava a luta política em diferentes setores e territórios. Contribuíram para integrar ao programa socialista uma crítica às instituições burguesas que fundamentam as formas de exploração e opressão até hoje.

193. Como parte da nossa construção partidária, o feminismo deve ser um campo de ação e formulação política permanente da nossa corrente. Para tal, é preciso condições concretas de organização partidária:

- | Organização de jornadas de formação política feminista, construídas desde os territórios e núcleos, que garantam reflexão coletiva e formação da militância da corrente.
- | Formulação de um programa feminista para candidatas e candidatos da DS, que dialoguem com as questões locais e que reverberem no trabalho legislativo e na formulação de políticas públicas.

” Construir um partido revolucionário requer a compreensão da natureza da luta anticapitalista.

- | Construção de espaços de elaboração que permitam incorporar o acúmulo político da DS no movimento de mulheres para a elaboração da DS sobre política econômica, modelo de desenvolvimento e ecossocialismo.
- | Debate políticos e mecanismos capazes de reconhecer, encarar e combater a violência contra as mulheres em todas as suas expressões.

194. A primeira década de construção do PT na perspectiva de um partido revolucionário foi amplamente vitoriosa. Entre as vitórias essenciais, a democracia interna: o direito de tendência e a proporcionalidade nas instâncias executivas. A ela se somaram avanços programáticos no sentido de afirmar o PT como partido independente face a burguesia e ao Estado. Em vista disso, a DS transformou-se em tendência partidária em 1988. Essa transformação foi essencial para dar máxima potência ao seu papel de vanguarda na construção partidária. Seguiu-se a conquista da dimensão feminista na tendência e em seguida no PT.

O DESENVOLVIMENTO DO PT

195. O desenvolvimento do PT ao longo de 40 anos, sob ascensos e descensos da lutas de classes, grandes vitórias (e derrotas) eleitorais, conquistas e retrocessos programáticos, pode ser descrito em sub-períodos de mais ou menos 10 anos cada. Segue uma aproximação, em forma de quadros sintéticos:

ANOS DE FORMAÇÃO (1979/1990):
MOVIMENTO CLASSISTA E PARTIDO

- Elementos decisivos presentes nos anos virtuosos de construção do PT:
 - | descompasso internacional: o Brasil fora do período internacional de hegemonia neoliberal; crise da ditadura e ausência de projetos nacionais das classes dominantes;

- | uma classe operária e sua vanguarda em busca de um partido independente (greves do pós-milagre; formação de uma vanguarda operária sindical fora da esfera reformista)
- | a formação programática de uma corrente majoritária relativamente aberta a sínteses com as demais correntes embora com bloqueios antidemocráticos na constituição da direção e na organização partidárias
- | construção e fortalecimento da Democracia Socialista

■ Conquistas:

- | partido operário democrático de massas e de vanguarda
- | independência de classe, visão anticapitalista, internacionalismo: rejeição à colaboração de classes (social-democracia e reformismo) e ao “socialismo real” (partido único, socialismo em um só país)
- | núcleos de base com poder
- | direito de tendência, proporcionalidade na direção
- | feminismo
- | programa de governo combinado com a perspectiva do socialismo: auge em 1989
- | política de alianças articulada com a independência de classe e programa
- | o socialismo petista (7º Encontro Nacional, 1990): estágio superior da elaboração socialista-petista, fecha o período.

ANOS DE IMPASSES (1991-2001): DISPUTA DE RUMOS

- Alinhamento do Brasil à hegemonia neoliberal internacional. Perda do impulso classista.
- Disputa de rumos do partido. Luta para manter conquistas programáticas e de concepção do partido.
- Vitórias decrescentes. Programa de 1994 ainda com referência em uma transformação socialista, mas a longo pra-

” Militantes feministas puderam contribuir para o programa revolucionário, que rompia as dicotomias.

zo. Programa de 2001 (Olinda): mantendo a perspectiva de uma grande mudança histórica, democrática e popular, distante mas ainda com o socialismo no horizonte.

ANOS DE CONFLITOS (2002-14): CONQUISTA DA MAIORIA EM QUATRO ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, ZIG-ZAG PROGRAMÁTICO E GRANDES DERROTAS NA CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA. CRISE DA IDENTIDADE SOCIALISTA.

■ Quatro vitórias presidenciais, mas dificuldade de afirmar o programa vencedor. Contradição entre o programa da maioria eleitoral e da vanguarda social e o programa de governo e da maioria do PT. Dois momentos exemplares: a “carta ao povo brasileiro” (2002), de conciliação com o capital financeiro, e o 5º Congresso do PT (Salvador, 2015), que chancelou a guinada neoliberal e não reverteu o caminho da derrota.

■ Zig-zag do programa. 2002: Novo programa de fato, com a carta ao povo brasileiro, assegurando limites aceitáveis ao capital financeiro na gestão da dívida pública. Essa ruptura, no entanto, foi contraditada na grande crise internacional dos bancos dos EUA e do neoliberalismo. 2008: Reviravolta na política (e na equipe) econômica, com expansão do mercado interno, elevação do salário-mínimo em plena crise (possivelmente, caso único no mundo), criação de um verdadeiro sistema público de bancos, superando o peso do capital financeiro.

■ E nova política de alianças: governar com setores da burguesia – curiosamente o primeiro vice burguês de Lula, José Alencar, não representaria a direita do governo: essa representação ficou a cargo do então ministro da fazenda Pallocci, do presidente do BC Meirelles e dos ministros da Indústria (dono da Sadia) e da Agricultura (Rodrigues, representando o agronegócio).

■ Novo estatuto do PT, eliminando núcleos e introduzindo o sistema de eleições gerais (“PEDs”). Filiações em massa. Fraudes sistemáticas nas eleições internas. Maioria perde o caráter programático dos anos fundacionais, assume crescentemente o caráter de burocracia, sob comando de lideranças de massas e dos interesses imediatos dos governos do partido.

■ Crise da identidade socialista. Perda da participação popular que já caracterizou parte dos governos petistas. O período termina com o golpe, a grande derrota.

■ Permanências conflitantes com a dinâmica principal do partido: continua a existir esquerdas no partido e uma identidade eleitoral proletária com o PT, o partido dos pobres. As importantes conquistas econômicas, sociais e de relações internacionais continuam a ser uma fonte importante de um programa de esquerda.

■ A DS amplia a disputa de rumos no partido, nos movimentos sociais, no debate público.

ANOS DE GOLPE E DE LUTA PARA RECOMPOR A PRESENÇA HISTÓRICA DO PT E DA ESQUERDA (2015 EM DIANTE)

■ O resultado do golpe: ofensiva ultraliberal combinada com governo de extrema-direita direita.

■ Processo de recomposição da esquerda face a nova disputa presidencial sob fracasso do governo da extrema-direita mas sob pressão de um movimento de massas de extrema-direita. Disputa presidencial de 2018 evidencia força popular de Lula e do PT. Há base popular para o programa e a frente de esquerda: 2º turnos da eleição presidencial de 2018 e da eleição municipal em SP de 2020.

” A luta histórica da DS no interior do PT pode e deve ser pensada como uma incessante busca pela vitalização de suas potencialidades revolucionárias.

■ Continua o zig-zag programático do PT. O 6º Congresso (2017) constitui-se em vitória tardia das posições de esquerda: balanço crítico da política de alianças e da guinada neoliberal de 2015; programa de reformas progressistas na economia e no Estado. A vacilante disputa presidencial de 2018. O 7º Congresso (2019) constitui-se em derrota da esquerda: bloqueio a alternativas como Fora Bolsonaro, Frente de Esquerda, ausência de resolução política.

■ Retomada relativa do debate programático no PT (Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil) e luta para tornar fazer da candidatura Lula instrumento efetivo por uma alternativa democrática e popular face ao neoliberalismo e à extrema-direita.

NOSSAS TAREFAS NA CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA HOJE

196. Desde o início dos anos 90, a DS identificou no processo de institucionalização do PT – sua dinâmica, centros de poder, programas e perspectivas crescentemente adaptadas à concorrência eleitoral no interior do estado liberal – o caminho fundamental de sua desradicalização revolucionária. Ao contrário dos países imperialistas nos quais partidos operários com um grau importante de institucionalização sofreram a cooptação por parte das respectivas burguesias, no Brasil a ordem burguesa, de tão dependente e estreita, não tem capacidade para integrar de forma estável um partido de bases operárias e populares. O que pode ocorrer é uma neutralização de seu potencial revolucionário: este é o caso histórico do PT, que mantém ainda laços vivos com as classes trabalhadoras e os setores populares. A luta histórica da DS no interior do PT pode e deve ser pensada como uma incessante busca pela vitalização de suas potencialidades revolucionárias e como anteparo a este processo histórico de sua neutralização.

197. A resposta histórica a esse processo de institucionalização adaptativa ao Estado liberal é a proposta da revolução democrática: para um partido revolucionário só faz sentido ganhar posições na institucionalidade do Estado se esta dinâmica eleitoral for combinada com um processo de revolução democrática. Um partido revolucionário é, portanto, um partido da revolução democrática. É construindo-se como um núcleo potente e ativador da construção de um partido da revolução democrática que a DS pode sair do impasse histórico que a sua própria identidade formulou como resposta à crise histórica do socialismo e do marxismo. Esta perspectiva deve ser hoje formulada em combinação com a luta pelo fim do governo Bolsonaro e pelo fim do neoliberalismo no Brasil.

198. O que seria o PT como um partido capaz de dirigir uma revolução democrática e como a construção da DS pode se relacionar com esse projeto neste próximo período? O PT como partido da revolução democrática deveria compor cinco dimensões fundamentais:

1ª) A formação de uma poderosa inteligência coletiva e uma rede de intelectuais orgânicos capaz de formar um novo princípio de civilização e um novo princípio de Estado antineoliberal, antirracista, feminista, a favor dos direitos LGBTI+ e ecossocialista. Tendo como princípio estruturador o socialismo democrático, atualizados para a crítica e superação do capitalismo do século XXI, tal inteligência coletiva e rede de intelectuais orgânicos soldaria – em processo de fusão com novas gerações militantes, especialmente nos momentos de ascenso e autorganização das classes trabalhadoras – identidade, programa, formação. A permanente disputa de valores, em qualidade e extensão, cobraria um desenvolvimento de um sistema de comunicação capaz de fazer frente ao sistema ideológico de comunicação capitalista.

” Um partido revolucionário é, portanto, um partido da revolução democrática.

- 2^a) A construção de uma frente única das esquerdas, no plano da luta institucional e dos movimentos sociais, como parte inseparável da estratégia do partido da revolução democrática. A dinâmica de adaptação institucional das esquerdas brasileiras reforçou e atualizou o legado das tradições corporativas brasileiras, separando, apartando e diferenciando as dinâmicas dos movimentos sindicais e dos movimentos sociais do campo e da cidade, inclusive incentivando no período recente movimentos identitários sem uma vinculação orgânica com um programa anticapitalista. Há, portanto, um grande trabalho de convergência, de unificação, de criação de um programa comum e de dinâmicas unitárias de luta. Esta concepção frentista das esquerdas está afinada com o caráter pluralista, no sentido político e de representação social, do socialismo democrático que defendemos.
- 3^a) A formação de uma cultura e prática de auto-organização de base, enraizada nas classes trabalhadoras, nos setores populares e nos setores médios progressistas, é fundamental para estabelecer um centro de gravitação deste partido da revolução democrática em sua relação com a institucionalidade do Estado liberal. O ideal é que essa estrutura nacional de auto-organização, territorialmente organizada, tivesse um núcleo do partido da revolução democrática e estimulasse a convergência de dinâmicas frentistas de base. As formas organizativas dos diversos movimentos sociais, em sua diversidade, deveriam alimentar estas dinâmicas de auto-organização territorializadas. Parlamentares e executivos deveriam se inserir neste trabalho de auto-organização territorial, contribuindo para formar estruturas de auto-organização e de poder popular.
- 4^a) O incentivo à renovação, atualização e formação de uma nova geração de dirigentes inserida na tradição socialista democrática. A inteligência e discernimento sobre a história longa do PT e da DS, ao mesmo tempo que identi-

fica a força resiliente e viva de uma tradição capaz de resistir e se atualizar frente ao domínio neoliberal, evidencia a pertinência de se falar em um novo ciclo de formação do partido da revolução democrática. Esse novo ciclo precisa ter no centro o feminismo, o antirracismo, a cultura LGBTI+ em composição com as tradições classistas e populares. Uma nova vanguarda composta por mais mulheres, mais negra e afim às culturas libertárias já está em processo de formação e precisa ser conscientemente incentivada e programatizada.

- 5ª) Um partido da revolução democrático no Brasil precisa formar um novo ciclo de internacionalismo, em particular em relação às novas vanguardas latino-americanas, e aos movimentos, partidos e correntes que buscam construir uma alternativa ao capitalismo neoliberal. A dinâmica de uma revolução democrática só poderá ser virtuosa se combinada com outros processos internacionais de emancipação, em particular com o programa histórico de formação de um Estado latino-americano federado republicano e socialista democrático.

” Tal inteligência coletiva e rede de intelectuais orgânicos soldaria identidade, programa, formação.

CONSTRUIR A DEMOCRACIA SOCIALISTA!

199. A identificação de quatro períodos na construção do PT (de 1979 a 1990; de 1991 a 2001; de 2001 a 2014 e de 2015 em diante) é decisiva para pensar dialeticamente a construção da DS, seu desenvolvimento e potencialidade. Se a perspectiva histórica de construção do partido revolucionário se relaciona com o desenvolvimento do PT como partido revolucionário e à construção de uma corrente marxista-revolucionária no seu interior, um impasse histórico nesta construção coloca necessariamente interrogações fundamentais na construção da DS.

200. Podemos identificar que a conquista do ciclo virtuoso de construção do PT, de 1979 a 1990, foi – em conjunto

com a própria construção do PT como partido de classe, democrático, com potencial revolucionário, uma confirmação espetacular da nossa teoria da construção partidária no Brasil – exatamente a construção nacional da DS como uma corrente marxista-revolucionária vigorosa e de sentido duradouro na história da revolução no Brasil.

201. A Democracia Socialista desenvolveu-se como uma corrente programática nacional e internacionalista, buscou enraizar-se na classe operária, no movimento de mulheres, na juventude, no movimento negro, no internacionalismo militante. Esse processo se deu por fusões, crescimento orgânico, edificação de uma direção nacional capaz de realizar sínteses e um intenso trabalho de organização da própria corrente. Conseguiu combinar virtuosamente na construção partidária a construção permanente da corrente.

202. Ao mesmo tempo em que construímos uma direção nacional com a função central de processar a síntese das experiências na construção partidária, a DS se desenvolveu nos estados de uma maneira original ainda que desigual. A originalidade foi a capacidade de apreender realidades diversas e buscar teorias para sua transformação em conjunto com a construção partidária. Não foi, portanto, algo típico de organizações de esquerda verticalizadas e homogeneizadas. Com ampla democracia interna, a diversidade da implantação regional ganhou formas e cores nacionais, enraizou nossa corrente e sobre essa base construímos processos virtuosos de sínteses.

203. Os grandes trabalhos de construção de movimentos pela base e de disputa de direção foram outra conquista fundamental: a CUT PELA BASE seguida pela CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA; o feminismo da DS e sua iniciativa original de constituir a MARCHA MUNDIAL DAS MULHE-

RES; a KIZOMBA e o ENEGRECER na juventude. Esse desenvolvimento enriqueceu nosso programa, nossa formação de quadros e trouxe novos desafios. Hoje, pretendemos dar passos concretos na constituição da nossa contribuição ao movimento ecossocialista, ao movimento das negras e negros além daquela que já ocorre na juventude, ao movimento LGBT.

204. Em compasso com o PT, a DS construiu forte expressão parlamentar e em cargos executivos, do governo federal, estados e municípios. Contribuímos decididamente para elaborar um modo petista de governar buscando centralmente construir formas de poder popular capazes de contrapor e, ao mesmo tempo, democratizar o aparato estatal organicamente estruturado pelas classes dominantes brasileiras.

205. É fundamental esclarecer desde logo que a concepção de construção partidária – construir o partido da classe trabalhadora com independência de classe, com democracia e na perspectiva de conquistar o governo com um programa de transformação em direção ao socialismo – nos fez superar uma concepção unilateral e dogmática, autocentrada, como se a nossa corrente estivesse numa redoma à prova de impasses, como se a prática da construção partidária fosse a definição de exigências e prazos ao partido: uma forma de ultimatismo sectário que sempre rejeitamos.

206. De outro lado, corremos o risco – de forma consciente e permanente – de sofrer os mesmos impasses que o partido, ainda que numa escala menor e obviamente com uma mediação atenuada pela nossa forte identidade programática. Esse foi – e ainda é – o problema fundamental que passamos a enfrentar desde os anos 90. Buscamos enfrentá-lo com o fortalecimento da nossa corrente, com a unidade das correntes e setores partidários críticos ao curso do PT e, não menos importante, com a compreensão de que a vida de um partido

” Há, portanto, um grande trabalho de convergência, de unificação, de criação de um pro-grama comum e de dinâmicas unitárias de luta.

de massas não se define somente internamente, vale dizer, a interação com movimentos de massa e o enfrentamento dos problemas concretos da luta de classes pesam imensamente na definição do curso concreto de um partido com enraizamento social como o PT.

207. Identificamos crescentes impasses históricos na construção do PT como partido revolucionário desde 1991; será preciso também avaliar como esses impasses, que se agravaram no período de 2002 a 2014, impactaram o desenvolvimento histórico da própria DS.

208. Sobredeterminada pela perda do impulso histórico da construção do PT como partido revolucionário, a DS como corrente minoritária mas sobretudo como corrente marxista com um projeto de construir o PT como partido revolucionário concentrou suas forças nestas décadas para disputar maiorias dentro do partido, para defender programas de sentido anti-capitalista e de radicalização da democracia, para manter a identidade socialista e feminista, para manter mínimos padrões de democracia partidária e uma relação positiva com os movimentos sociais. Sem essa tensão permanente à esquerda, alimentada pela DS, em aliança com outras correntes e lideranças, o PT muito provavelmente já teria sido neutralizado como partido e integrado à ordem. Mas ela foi claramente insuficiente para repor uma dinâmica virtuosa de construção do PT como partido revolucionário.

209. Em um novo momento histórico em que o esquema original da construção partidária torna-se mais complexo, mais amplo e indissolúvelmente ligado às tarefas na luta de classes, a construção da DS ganha mais relevância ainda.

210. Na nova dinâmica de esquerda no Brasil, quatro vetores se desenvolvem em um processo de construção partidária ampliado:

- a) a luta decisiva por uma hegemonia de esquerda no PT, pois só assim ele poderá participar da esquerda fundamental para um novo período: por um programa de radicalização da democracia no Brasil e pela superação do neoliberalismo, por alianças programáticas e pela defesa da democracia interna pois somente sobre uma base democrática de funcionamento será possível novas sínteses;
- b) a defesa de uma frente de partidos de esquerda em conjunto com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo tendo em vista as grandiosas tarefas de mobilizar, organizar e formar maioria para derrotar a extrema direita, a coalizão neoliberal e inaugurar um período de conquistas democráticas. Desenvolver o debate no PT, o debate público, construir iniciativas comuns no âmbito da legitimidade da construção da frente de esquerda;
- c) a formação de novas camadas militantes e novos processos de organização (e auto-organização). Contribuir ativamente para construir um processo amplo e público de debate, de formação e de construção da perspectiva democrática-socialista;
- d) a construção da própria Democracia Socialista.

211. A XIII Conferência abre esse novo período estabelecendo como tarefa central da nova Coordenação nacional manter a permanência do processo de elaboração sobre a construção partidária, o programa e suas sínteses.

212. Um novo ciclo de construção da DS deve responder, de modo integrado, a seis desafios: o da identidade socialista e da construção programática, o da atualização permanente das linhas de direção política da luta de classes (combinando ação institucional e luta de massas), o da construção da unidade estratégica orgânica das esquerdas, o da maior integração coletiva e apoio aos trabalhos parlamentares e institucionais, o da nucleação e trabalho de base dos militantes e o da atuação internacionalista.

”Esse novo ciclo precisa ter no centro o feminismo, o antirracismo, a cultura LGBTI+ em composição com as tradições classistas e populares.

213. São prioridades para a construção deste novo ciclo:

1. O fortalecimento, a regularidade e uma maior integração da Coordenação Nacional da DS com as coordenações regionais e frentes de massa: reuniões semanais do GTn renovado e fortalecido, constituição e reunião de grupos da Coordenação Nacional para organizar a reflexão e ação em temas específicos, reuniões mensais do GTn ampliado (com representações dos estados e das frentes de atuação), reuniões bimensais da Coordenação Nacional – A pauta permanente é a conjuntura nacional e a discussão a cada reunião de uma das frentes de atuação, no sentido de integrá-la mais e receber subsídios para a elaboração de conjunto.
2. O fortalecimento de um sistema de comunicação orientado para um processo de construção partidária ampliado e para superação dos desafios de um novo ciclo de construção da DS. Os instrumentos de comunicação da corrente tanto digitais como impressos, validados pela Coordenação Nacional a partir de proposição do GTn, deverão ter regularidade, alcançar todos os militantes da tendência e serem passíveis de apropriação e difusão pelos filiados do PT, ativistas das frentes massa e organizações estudantis, sindicais e populares, além de nossos mandatos parlamentares.
3. Contribuir para um projeto amplo de formação e defesa da cultura do Socialismo Democrático, oferecendo de forma permanente seminários e cursos de atualização da tradição socialista e de debate programático.
4. Aprovação de uma diretiva para que todos os militantes da tendência se organizem em núcleos, sob a orientação das coordenações estaduais, para um planejamento regular das atividades de militância, de sustentação e ampliação da tendência. Isto seria fundamental para garantir uma maior organicidade da tendência, aumentar o seu enraizamento social e tornar viável metas de crescimento.
5. Outros encaminhamentos organizativos:
 - A. Os mandatos do partido, precisam impulsionar a cons-

trução política dos setores auto-organizados da DS e do PT. Sendo assim, a composição, orientações políticas precisam ser construídas com as instâncias das mulheres, negras e negros, juventudes e LGBTIA+. Os cargos de livre provimento existentes nas estruturas de Estado, sob gestão de militantes da DS/PT, serão ocupados respeitando as cotas racial e de gênero.

B. Realizar Ativo Nacional de Cultura para atualização programática da corrente frente aos desafios atuais, com a construção de textos base, debate nos estados e organização de uma direção nacional de cultura à frente das tarefas identificadas, ainda no primeiro trimestre de 2022; Realizar um Seminário Nacional de Cultura da DS, com a ampla participação de nossos mandatos na institucionalidade e nas frentes de luta de modo a popularizar nossas compreensões sobre as principais bandeiras culturais e possibilidade de construção transversalizada, no primeiro semestre de 2022;

Construir uma frente de luta cultural, composta pelos militantes da DS e independentes, para centralidade das ações dos militantes da Cultura;

Priorizar a participação ativa na construção dos Planos de Governo e Coordenações de Cultura das campanhas ao Executivo, em especial da Campanha à Presidência;

Garantir a visão e representatividade mínima do segmento cultural em todos os espaços da corrente, direções, delegações e espaços de formação, respeitando a força e proporcionalidade do segmento no Estado.

Discutir nestas oportunidades a idéia de criar uma Cooperativa de Produção de Conteúdos estreitamente vinculada à Democracia Socialista, que atuará na promoção da nova cultura socialista, democrática e revolucionária. Esta cooperativa deverá produzir conteúdos escritos, audiovisuais, físicos e digitais de maneira a contribuir para o processo militante bem como disputar a formação de opinião em meio a sociedade. Deverá congrega os mais intensos

” A originalidade foi a capacidade de apreender realidades diversas e buscar teorias para sua transformação em conjunto com a construção partidária.

processos de formulação coletiva e a propagação de suas sínteses, de maneira acessível a todas as pessoas. Será o marco de apropriação pela classe trabalhadora de técnicas utilizadas até então pelo Capital, com o fim de estabelecer o diálogo e o contato direto com cada pessoa. Sua atuação também deve ser conjugada e dialógica com outras iniciativas congêneres, coletivas e individuais, formando uma rede descentralizada daqueles que se dispõem a serem os intelectuais orgânicos da revolução.

C. Realizar Ativo Nacional da Educação.

D. Realizar Ativo Nacional Ecosocialista.

RESUMO DO PROGRAMA PARA O PERÍODO

Uma síntese do conjunto do programa para o período em que está posta a conquista do governo com soberania popular e superação do neoliberalismo.

I. A partir do Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil enfatizar:

- a) a Democracia Participativa como eixo central da participação popular com Orçamento Participativo e eliminação do teto de gastos e orçamento secreto;
- b) a partir da conquista do governo, a luta pela Constituinte com voto em lista partidária com igualdade de mulheres e homens, proporcionalidade idêntica em todo o país na representação da cidadania;
- c) reverter a independência do Banco Central, revogar a reforma trabalhista, anular privatizações e restabelecer a integridade da Petrobras e da Eletrobras. Nenhum compromisso com o capital financeiro. Retomar o social-desenvolvimentismo com transição ecológica justa rumo ao bem-estar social;
- d) Educação, Saúde, Assistência Social, Previdência como serviços públicos centrais para a reprodução social com bem estar e direito de cidadania;

- e) a construção de uma política integral de socialização do trabalho doméstico e de cuidados de caráter universalizante, que avance no sentido da desmercantilização e desfamiliarização e enfrente a divisão sexual e racial do trabalho; o enfrentamento às causas da violência contra as mulheres e a defesa da autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade;
- f) defesa das lutas antirracistas;
- h) defesa das lutas LGBTQIA's;
- i) defesa dos povos indígenas;
- j) a defesa da natureza e dos bens comuns garantindo a reforma agrária, com produção agroecológica, construção da soberania energética e transição justa nas políticas ambientais, com ênfase na interrupção do desmatamento, na democratização da política energética, no enfrentamento à financerização da natureza e na defesa dos territórios e modos de vida de povos e comunidades tradicionais.
- k) democratização dos meios de comunicação, com ampliação do setor público não estatal, poder efetivo de regulação e controle pelo poder público do que já estabelece a Constituição;
- l) política tributária baseada em impostos diretos e progressivos. Redistribuição do bolo tributário ampliando a participação dos municípios e estados;
- m) unidade latino-americana, política externa baseada no multilateralismo e autodeterminação dos povos.

II. Luta pela recuperação da identidade socialista do PT:

- a) Um Partido classista, anticapitalista, feminista, antirracista, ecossocialista, e internacionalista. Um Partido com profunda democracia interna.
- b) Defesa de uma ética compatível com a sociedade que queremos construir. Combate permanente à desigualdade, aos privilégios e à burocratização.

” As crescentes manifestações da violência política contra as mulheres reforça esse eixo da sociedade capitalista, racista e patriarcal.

c) Defesa e propaganda do socialismo democrático, um Partido que faça a defesa e a luta ideológica dos valores e visão de mundo do socialismo democrático.

III. Pela unificação do campo da esquerda popular e socialista, através de Frente e/ou Federação, de caráter nacional, permanente, programa comum e coordenações diretivas consensuadas. Combinação com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Estímulo à auto-organização.

PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência patriarcal é um instrumento de controle que garante as relações de dominação e hierarquia entre homens e mulheres, baseada em uma ideia de inferioridade e coisificação das mulheres. A imbricação entre patriarcado, racismo, capitalismo e colonialismo intensifica e complexifica essa violência.

O conservadorismo e a heteronormatividade garantem formas intensas de controle sobre o corpo e a vida das mulheres, criando mecanismos de dependência, que se reproduzem também pela culpabilização das mulheres. Vende-se a ideia de que o alcance da felicidade pressupõe relações afetivas heterossexuais e que os conflitos inerentes às assimetrias de poder são fracassos pessoais das mulheres.

Apesar das múltiplas formas de opressão e exploração atingirem a toda a classe trabalhadora, os homens se beneficiam diretamente da opressão das mulheres, quando são desresponsabilizados, em diferentes graus, pela reprodução da vida, quando impõem seu padrão de sexualidade, quando são considerados os únicos adequados para exercer a autoridade política. As crescentes manifestações da violência política contra as mulheres reforça esse eixo da sociedade capitalista, racista e patriarcal.

No interior dos partidos socialistas, desde os primórdios, as mulheres buscaram denunciar as formas de opressão na vida pública e privada e buscaram reconhecer que a ação revolucionária dependeria da formação de novos homens e mulheres. O enfrentamento à hipocrisia heteropatriarcal e à dupla moral é parte dessa tarefa.

Reconhecemos que um partido revolucionário deve incentivar, a partir da reflexão coletiva e da problematização das contradições vivenciadas, uma prática política libertadora, baseada na igualdade e solidariedade entre todas as pessoas.

As mulheres da Democracia Socialista reforçam que é fundamental desafiar, denunciar e acabar com todas as práticas violentas que as mulheres sofrem cotidianamente. Não é possível que as mulheres que optem por lutar por uma sociedade justa e igualitária, tenham que conviver com a violência nessa trajetória. O reconhecimento da violência em suas diferentes expressões, incluindo o assédio, a violência psicológica, física e sexual, deve ser responsabilidade coletiva da militância e da direção da tendência, assim como seu combate e criação de estratégias de superação.

Um projeto fundado no socialismo democrático deve encarar as contradições da sociedade capitalista, racista e patriarcal, que se fundamentam nas relações afetivas ditadas pelas normas e valores burgueses, reposicionando os sujeitos em busca de novas formas de relações e uma prática política libertadora.

As relações de violência que existem entre nós não podem ser toleradas e devem ser encaradas, desde processos coletivos de responsabilização, de crítica e autocrítica e de resposta política concreta.

**BASTA DE VIOLÊNCIA!
ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES!**

” Um partido revolucionário deve incentivar uma prática política libertadora.